



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

POLIANA NUNES DE SANTANA

URBANISMO TÁTICO E DIREITO À CIDADE:
A TRANSFORMAÇÃO DA RELAÇÃO DA CRIANÇA COM O ESPAÇO PÚBLICO
NA VILA BURITY

Recife

2022

POLIANA NUNES DE SANTANA

URBANISMO TÁTICO E DIREITO À CIDADE:
A TRANSFORMAÇÃO DA RELAÇÃO DA CRIANÇA COM O ESPAÇO PÚBLICO
NA VILA BURITY

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Administração. Área de concentração: Administração.

Orientador: Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello, PhD

Recife
2022

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S232e Santana, Poliana Nunes de
Urbanismo tático e direito à cidade: a transformação da relação da criança com o espaço público na Vila Burity / Poliana Nunes de Santana. – 2022.
91 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof.º Sérgio Carvalho Benício de Mello, Ph.D
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2022.
Inclui referências e apêndices.

1. Direito urbanístico. 2. Recreação ao ar livre para crianças. 3. Criança- Direito. I. Mello, Sérgio Carvalho Benício de (Orientador). II. Título.

658 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2022 – 082)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

**URBANISMO TÁTICO E DIREITO À CIDADE:
A TRANSFORMAÇÃO DA RELAÇÃO DA CRIANÇA COM O ESPAÇO PÚBLICO
NA VILA BURITY**

Poliana Nunes de Santana

**Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 27 de setembro
de 2022.**

Banca Examinadora:

Sérgio Carvalho Benício de Mello, PhD, Universidade Federal de Pernambuco (Orientador)

Sandro Valença da Silva, D.Sc., Universidade Federal de Pernambuco (Examinador Externo)

Diogo Henrique Helal, D.Sc., Universidade Federal de Pernambuco (Examinador Interno)

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, pela dádiva da vida. E, também, pela força e coragem concedidas ao longo deste caminho, sobretudo nos tempos sombrios de pandemia. Porque sem Ele, nada disto seria possível.

Ao meu núcleo familiar, em especial, aos meus pais — Aparecida e Amauri —, pelo amor e pelo apoio incondicional em todos os momentos, e por compreenderem e aceitarem minhas tantas ausências.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de financiamento, e ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE), representado por coordenação, secretaria e corpo docente.

Ao Prof. Sérgio Benício, pela orientação e ensinamentos. Aos participantes da banca examinadora do projeto, na atividade de qualificação — Profa. Adriana Tenório e Prof. Fernando Paiva —, pelas observações e sugestões de aprimoramento.

Aos participantes da banca examinadora da dissertação — Prof. Diogo Helal e Prof. Sandro Valença —, pelas valiosas contribuições, que também permitiram o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos colegas da turma 26, sempre prestativos, apesar do pouco contato presencial. A Eduardo Ryan M Rocha, pela elaboração dos mapas. Às minhas amigas, Ana Clara Lira e Patrícia Campos, pela amizade e parceria, pelo apoio e por compartilharem as dúvidas e inseguranças do caminho.

Por fim, aos participantes entrevistados em função desta pesquisa. A todos, aqui registro minha gratidão.

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo analisar como o programa Mais Vida nos Morros — MVM —, implementado na comunidade da Vila Burity, no bairro da Macaxeira, em Recife (PE), transformou a relação das crianças com o espaço público urbano em que estão inseridas. Para tanto, realizamos um estudo de caso naturalista, único e instrumental, amparado em uma orientação construtiva e uma abordagem qualitativa e descritiva. Os dados e informações foram coletados através de levantamentos documentais, entrevistas semiestruturadas com moradores locais e observações não participantes durante incursões a campo. A interpretação e análise dos dados e informações se deu por meio de uma combinação entre as técnicas de agregação categorial e análise qualitativa básica, de modo que os achados foram codificados e posteriormente classificados em quatro categorias, a saber: (i) processo de intervenção, (ii) participação infantil, (iii) consequências da intervenção e (iv) oportunidades de aperfeiçoamentos. Em síntese, os resultados indicaram que o MVM realizou diversas intervenções pautadas nos princípios do urbanismo tático, criando, por exemplo, áreas de lazer e convivência direcionadas para as crianças, o que fez com que elas se reapropriassem dos espaços públicos, atribuindo vitalidade às ruas e calçadas e, por decorrência, aumentando, em certa medida, a sensação de segurança. Não obstante, os espaços de participação infantil criados pelo programa foram temporários, de forma que, decorrido algum tempo, as crianças voltaram a um status de invisibilidade, não tendo a oportunidade efetiva de exercer seus direitos, com destaque para o direito à cidade. Constatamos, portanto, que o MVM, a despeito de sua proposta ambiciosa, alcançou resultados aquém dos prometidos — e almejados — pelo poder público na Vila Burity, o que não significa que as iniciativas tenham sido um desperdício de esforços, mas implica dizer que elas deveriam ser regularizadas e reforçadas, numa rotina de trabalho contínuo. Com base nestes resultados, a pesquisa contribuiu com os estudos nas áreas da sociologia da infância, de políticas públicas e de planejamento urbano. Ademais, tecemos diversas sugestões de melhorias, visando subsidiar o aperfeiçoamento desta e de outras políticas públicas semelhantes, e recomendamos a realização de novos estudos em comunidades onde os níveis de engajamento foram diferentes, buscando identificar fatores influenciadores de sucessos ou de fragilidades.

Palavras-chave: urbanismo tático; direito à cidade; criança; espaço público.

ABSTRACT

The present dissertation aimed to analyse how the Mais Vida nos Morros program — MVM —, implemented in the Vila Burity community, in the Macaxeira neighborhood, in Recife (PE), transformed the relationship of children with the urban public space in which they live. Therefore, we carried out a naturalistic, unique, and instrumental case study, supported by a constructive orientation and a qualitative and descriptive approach. Data and information were collected through documentary surveys, semi-structured interviews with residents and non-participant observations during field trips. The interpretation and analysis of data and information took place through a combination of categorical aggregation techniques and basic qualitative analysis, so that the findings were coded and later classified into five categories, namely: (i) intervention process, (ii) child participation, (iii) consequences of the intervention and (iv) opportunities for improvement. In summary, the results indicated that the MVM carried out several interventions based on the principles of tactical urbanism, creating, for example, areas of leisure and coexistence aimed at children, which made them reappropriate public spaces, giving vitality to the streets and sidewalks and, as a result, increasing, to a certain extent, the feeling of security. Nevertheless, the spaces for children's participation created by the program were temporary, so that, after some time, the children returned to a status of invisibility, not having the effective opportunity to exercise their rights, especially the right to the city. We can see, therefore, that the MVM, despite its ambitious proposal, achieved results below the promised — and desired — by the public authorities in Vila Burity, which does not mean that the initiatives were a waste of efforts, but implies that they should be regularized and reinforced, in a continuous work routine. In view of this, we made several suggestions for improvements, aiming to subsidize the improvement of this and other similar public policies, and we recommend that further studies be carried out in communities where levels of engagement were different, seeking to identify factors influencing successes or weaknesses.

Keywords: tactical urbanism; right to the city; child; public space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Recursos financeiros investidos no MVM	38
Figura 2 –	Representação esquemática da estrutura de governança do MVM	38
Figura 3 –	Mapa de localização da Vila Burity, no bairro da Macaxeira (Recife, PE)	41
Figura 4 –	Rota de observação na Vila Burity	45
Figura 5 –	Relação entre seções do roteiro de entrevista e objetivos específicos.	46
Figura 6 –	Processo de codificação e categorização das evidências	48
Figura 7 –	Códigos, subcódigos e categorias criados	49
Figura 8 –	Tipo de participação das crianças na intervenção do MVM na Vila Burity	61

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 –	Linha férrea em frente à Fábrica da Macaxeira, em 1926	41
Fotografia 2 –	Fábrica da Macaxeira, em 1928	41
Fotografia 3 –	Ruínas do casarão da família Othon (1)	42
Fotografia 4 –	Ruínas do casarão da família Othon (2)	42
Fotografia 5 –	Vista panorâmica a partir do casarão da família Othon	43
Fotografia 6 –	Fachada de casa com ilustrações (1)	53
Fotografia 7 –	Fachada de casa com ilustrações (2)	53
Fotografia 8 –	Placa de rua	54
Fotografia 9 –	Placa educativa	54
Fotografia 10 –	Ponto de descarte de lixo	55
Fotografia 11 –	Nossa Praça, construída onde antes era um ponto de lixo	55
Fotografia 12 –	Mural ao lado do Campinho do Gogó	56
Fotografia 13 –	Praça do Dominó (1)	56
Fotografia 14 –	Praça do Dominó (2)	56
Fotografia 15 –	Painel no Mirante Pôr do Sol	58
Fotografia 16 –	Mirante Cristina Tavares	58
Fotografia 17 –	Amarelinha no Mirante Cristina Tavares	59
Fotografia 18 –	Campinho do Gogó, com as crianças brincando ao fundo	62
Fotografia 19 –	Visitantes tiram fotos das crianças, no Campinho do Gogó	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARIES	Agência Recife para Inovação e Estratégia
CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CIS	Comunidade de Interesse Social
COBM	Cotonifício Othon Bezerra de Mello
DIY	Do It Yourself
E	Entrevistado(s)
EMLURB	Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana
FBvL	Fundação Bernard van Leer
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instituto Cidades Sustentáveis
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MVM	Programa Mais Vida nos Morros
ONU	Organização das Nações Unidas
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PE	Pernambuco
SEIURB	Secretaria Executiva de Inovação Urbana
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TFE	Trecho de fala de entrevistado
TRC	Trecho de relatório de campo
TRJ	Trecho de reportagem de jornal
URB	Autarquia de Urbanização do Recife

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Da Problemática à Pergunta de Pesquisa	12
1.2	Objetivos	15
1.2.1	Objetivo geral	15
1.2.2	Objetivos específicos	16
1.3	Justificativas	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Urbanismo Tático	18
2.2	Direito à Cidade	22
2.2.1	O direito à cidade no contexto brasileiro	25
2.3	A Cidade, a Criança e a Participação Infantil	27
3	PERCURSO METODOLÓGICO	34
3.1	Estratégia de Pesquisa	34
3.2	Campo de Atuação	36
3.2.1	Mais Vida nos Morros	36
3.2.2	A comunidade da Vila Burity	40
3.3	Procedimentos de Coleta de Dados e Informações	43
3.4	Procedimentos de Interpretação e Análise dos Resultados	46
3.5	Crerios de Qualidade da Pesquisa	50
4	RESULTADOS	51
4.1	Processo de Intervenção na Vila Burity	51
4.2	Participação Infantil na Vila Burity	57
4.3	Consequências da Intervenção do MVM	61
4.4	Oportunidades de Aperfeioamentos no MVM	66
5	DISCUSSÃO	69
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICE A – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÕES EM CAMPO	83
	APÊNDICE B – COORDENADAS DOS PONTOS DE OBSERVAÇÃO	85
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	88

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	91
--	-----------

1 INTRODUÇÃO

1.1 Da Problemática à Pergunta de Pesquisa

A expansão do processo de urbanização, fruto da industrialização iniciada há dois séculos e meio, por volta de 1750, levou mais da metade da população mundial a viver em cidades, devendo o percentual chegar a 70% até 2050, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU-HABITAT, 2020). No Brasil, cerca de 85% da população reside em áreas urbanas atualmente, fazendo deste um dos países mais urbanizados do mundo (IBGE, 2016). Logo, parece razoável pensar que a maior parte das crianças, seja no Brasil ou no mundo, nasce e cresce em áreas urbanas.

O predomínio da cidade sobre o campo, assim como a nova configuração urbano-industrial, provocou várias transformações na sociedade, levando à intensificação do fluxo migratório populacional em direção aos espaços urbanos (BRITO; SOUZA, 2005; ROMANELLI; ABIKO, 2011). A ocupação destes espaços se deu em um ritmo acelerado, com frequência de modo desordenado. Por este motivo, em grande medida, foram criadas estruturas excludentes, que geraram problemas como o aumento das desigualdades socioeconômicas e da violência urbana (ZAZYKI; MARIN; MOURA, 2020), os quais afetam a todas as pessoas — inclusive às crianças.

Nas áreas periféricas das cidades, em especial, formou-se um ambiente urbano precário, carente de infraestrutura básica, a exemplo de serviços e equipamentos públicos e privados, despertando graves preocupações, sobretudo no que se refere a alagamentos de logradouros, deslizamentos de terra de encostas e poluição de fontes de recursos hídricos (ROMANELLI; ABIKO, 2011). Além disso, a distribuição populacional pelo território foi bastante desequilibrada, promovendo a fragmentação espacial urbana (LACERDA; ZANCHETI; DINIZ, 2000), bem como sua privatização e decorrente dissolução, enquanto palco de cidadania (BORJA; MUXÍ, 2003).

A infância, em particular, compõe a categoria social mais vulnerável, sendo diretamente afetada por tais problemas, os quais impactam o desenvolvimento pleno e o futuro dela (UNICEF, 2004). Ademais, a escassez de políticas públicas dirigidas ao grupo resulta em espaços públicos sem atrativos, que não podem atender às suas necessidades e, por vezes, não são frequentados (LOEB, 2019). À vista disso, é de fundamental importância que seja assegurado o direito à voz e à participação na formulação e/ou execução de políticas públicas relacionadas às crianças, que devem poder expressar suas opiniões de forma livre, de acordo

com suas idades e seus níveis de maturidade, como preconiza a Convenção sobre os Direitos da Criança — CDC (UNICEF, 1989).

Não obstante, com frequência as legislações e políticas são elaboradas sem que as crianças e as suas reivindicações sejam consideradas (QVORTRUP, 2011; SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007). Elas se conhecem e se formam no contato com o mundo, mas comumente são esquecidas ao se pensar o espaço público (PINTO; PUGA, 2019), que é o local onde tem início a integração com os pares, os adultos e a urbe (RAMIRO; AGUIAR; MARIA, 2021). Assim, não participam da criação e/ou transformação dele, pois têm suas cidadanias restritas em função de fatores como a domesticação e a institucionalização (SARMENTO, 2018).

O espaço urbano representa um local de encontro, onde pessoas de todos os gêneros, idades, raças e classes se relacionam umas com as outras, convivendo e modificando suas trajetórias a partir de experiências e vivências (DIAS; ESTEVES JÚNIOR, 2017; JACOBS, 2011 [1961]; LEFEBVRE, 2008 [1968]). Logo, as condições que afastam as crianças da convivência com outros adultos e crianças propiciam uma visão limitada a respeito da cidade e de suas possibilidades, e impedem a identificação com a comunidade, bem como o sentimento de pertencimento ao ambiente em que vivem (SARMENTO, 2015).

Observa-se, então, que a relação entre criança e cidade se caracteriza pelo afastamento espacial e pelo confinamento em áreas insularizadas, com pouca ou nenhuma presença infantil nas ruas, praças e calçadas, muitas vezes sob a justificativa de proteção (BROSTOLIN, 2021; SARMENTO, 2015). Desse modo, faz-se das cidades um lugar de “estranheza” e “desidentificação”, as quais parecem ser hostis às pessoas, mas em particular às crianças, que se tornam uma espécie de “estrangeiras” no ambiente urbano (SARMENTO, 2018).

Por tudo quanto foi apresentado, supõe-se latente a necessidade de se reconfigurar os espaços públicos citadinos e as políticas públicas urbanas tendo em vista o melhor interesse para as crianças (SARMENTO, 2018). As investigações mais recentes, amparadas na Sociologia da Infância, têm provocado mudanças paulatinas no tratamento para com elas, à medida que passam a ser vistas como agentes sociais, capazes de exercer influência e modificar os mundos nos quais estão inseridas (QVORTRUP, 2010a, 2011).

De fato, a participação infantil efetiva pode alterar a forma como as cidades são construídas (RAMIRO; AGUIAR; MARIA, 2021). E, reconhecendo-se as crianças como protagonistas da vida social na cidade, os pontos de vista infantis deveriam ser incluídos nos projetos urbanos, através do diálogo e coexistência com outros sujeitos (VALENÇA, 2018). Assim, a criança deixaria de ser “excluída da cidade” e assumiria o papel de cidadã, capaz de

propor alternativas para as problemáticas urbanas (RAMIRO; AGUIAR; MARIA, 2021; TREVISAN, 2014). Sabe-se, contudo, que os próprios adultos têm participação limitada quando se trata da configuração da vida urbana cotidiana (HARVEY, 2014).

A decadência de um número extensivo de cidades tem sido associada a um processo de planejamento urbano ineficiente, que muitas vezes não atende às necessidades mais urgentes dos espaços citadinos, sobretudo por não considerar os pontos de vistas daqueles que a rigor conhecem o seu funcionamento, isto é, os moradores (JACOBS, 2011). Em geral, esse tipo de planejamento visa à execução *top-down* de intervenções em larga escala, sem que se identifiquem os problemas locais de cada região (GADANHO, 2016; MACÊDO; ALMEIDA, 2015).

Levando em conta a incapacidade deste planejamento convencional de promover um desenvolvimento urbano abrangente e sustentável (DE MEULDER; LOECKX; SHANNON, 2004), cuja execução costuma ser lenta e complexa, evidencia-se a necessidade de se desenvolverem abordagens mais ágeis e criativas (FONTES, 2018; NASSAR, 2021). Nesse sentido, o urbanismo tático se apresenta como uma alternativa valiosa, atuando numa pequena escala de intervenção, com ações rápidas, de curto prazo e baixo custo (LYDON; GARCIA, 2015). Ele possibilita, ainda, a participação ativa da população — inclusive das crianças — na busca de soluções para os espaços públicos urbanos, podendo, por conseguinte, ser compreendido sob a perspectiva do direito à cidade (GOMES; GOMES; MELLO, 2019).

O direito à cidade, que é entendido como a capacidade dos cidadãos de transformarem o espaço citadino segundo suas vontades, agora surge das ruas e dos bairros, em um pedido de socorro e amparo que estimula a criação de movimentos sociais e de uma “cidadania insurgente” (HARVEY, 2014). A participação é, portanto, um elemento-chave no exercício, permitindo a identificação e o estabelecimento de vínculos entre as pessoas — sejam adultas, jovens ou crianças — e as cidades (GADANHO, 2016; GOMES; GOMES; MELLO, 2019).

Pautada em semelhante perspectiva, em 2016, a Prefeitura da Cidade do Recife — PCR —, através da Secretaria Executiva de Inovação Urbana — SEIURB —, criou o programa Mais Vida nos Morros — MVM —, visando requalificar moradias, promover intervenções na paisagem e implantar espaços de lazer, recreação e convivência nas comunidades de interesse social — CIS — do município (PCR, 2016). O principal objetivo da política pública é a transformação dos espaços urbanos e a consequente reinvenção da cidade por meio do desenvolvimento sustentável e do protagonismo dos cidadãos — em especial, das crianças —, que participam de todo o processo de intervenção, desde a tomada de decisões até a transformação final (MVM, 2020).

O MVM tem ganhado cada vez mais proeminência, tanto no cenário nacional quanto no internacional, destacando-se pela atenção que tem dado à primeira infância — de 0 a 6 anos de idade. Um de seus princípios basilares consiste em repensar e redesenhar os espaços públicos urbanos *com e a partir* da perspectiva das crianças, por meio de um processo chamado de cocriação, no qual elas — junto com os adultos — fazem sugestões sobre as necessidades da comunidade, a exemplo da reforma de alguma área ou da remoção de pontos de lixo. Em verdade, diversas ações são pensadas para elas, como gincanas, oficinas de desenho e de brincadeiras de rua, e caminhadas lúdicas. Logo, toda a comunidade, e principalmente as crianças, deve participar de maneira ativa da “reinvenção” da cidade, deixando-a com a cara comunitária dela.

Com base na contextualização, ora apresentada, emerge o problema de pesquisa, expresso pelo seguinte questionamento: *Como o Mais Vida nos Morros, implementado na comunidade da Vila Burity, no Recife (PE), transformou a relação das crianças com o espaço público urbano em que elas estão inseridas?*

Note-se que, para efeito desta dissertação — trabalho de conclusão de mestrado —, optou-se por utilizar a Vila Burity, como espaço de referência, a fim de atribuir-lhe mais objetividade operacional. Note-se, ainda, porém, que a “Vila Burity”, aqui, não se restringe à localidade homônima, tendo em vista que o termo foi empregado pelo MVM para se referir também a outras pequenas comunidades estabelecidas em seu entorno imediato.

A Vila Burity se localiza no bairro da Macaxeira, na Zona Norte do Recife (PE). Trata-se de um assentamento populacional em área de morro, iniciado nas décadas de 1930 e 1940, representando mais uma ocupação carente e desassistida dentro de uma faixa densa de fenômenos semelhantes (ATLAS..., 2008). Ela representa uma das 545 comunidades de interesse social do município e foi a décima terceira atendida pelo MVM, no ano de 2019. À época, a comunidade logrou destaque por apresentar o maior nível de engajamento popular do programa, até então.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar como o Mais Vida nos Morros, implementado na comunidade da Vila Burity, em Recife (PE), transformou a relação das crianças com o espaço público urbano em que estão inseridas.

1.2.2 Objetivos específicos

- i. Descrever as ações realizadas pelo MVM no espaço público urbano da comunidade;*
- ii. Descrever como as crianças participaram dos processos de intervenção do MVM;*
- iii. Descrever as consequências da implantação do MVM, sobretudo para as crianças da comunidade; e*
- iv. Propor oportunidades de aperfeiçoamentos no MVM.*

1.3 Justificativas

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2015, aproximadamente 85% da população do Brasil vivia em cidades — reitera-se —, o que significa que a maioria das crianças já nascia em áreas urbanas (IBGE, 2016). A ocupação desordenada destas áreas ao longo do tempo redundou em vários problemas, os quais hoje afetam a toda a população — às crianças em especial, que são mais vulneráveis (UNICEF, 2004).

Por muito tempo, as crianças ocuparam um papel de invisibilidade nas pesquisas científicas, refletindo o tratamento desatento da sociedade para com elas, as quais eram relegadas à exclusão enquanto não passassem pela transição da infância à vida adulta (QVORTRUP, 2011). As investigações se restringiam ao campo da Psicologia e/ou da Pedagogia, ao passo que as Ciências Sociais, em regra, não produziam conhecimentos sistemáticos em específico sobre elas, mas sobre o processo de socialização e a escola, por exemplo.

Diante disso, parece pertinente à temática da presente dissertação — posicionada na grande área de conhecimento das “Ciências Sociais Aplicadas” e na subárea da “Administração Pública”, tendo foco em “Política e Planejamento Governamentais” — explorar como políticas públicas de cidadania e inovação urbana com foco na primeira infância e na reinvenção da cidade podem promover transformações na relação das crianças com o espaço público urbano.

Assim, a justificativa teórica ao desenvolvimento da dissertação é contribuir de forma significativa ao debate intelectual e à produção de conhecimentos sobre cidades e crianças, uma vez que estas são as protagonistas do mundo social e conseguem interferir no contexto em que vivem. Logo, seus pontos de vista devem ser reconhecidos. Ademais, como indica Sarmento (2018), a partir do estudo sobre elas e suas práticas espaciais cotidianas, é possível revelar

aprendizados únicos acerca da vida urbana. Tais aprendizados são importantes não só para o estabelecimento do campo de estudos da Infância, mas também para o da Administração, das Políticas Públicas e de Planejamento Urbano, visto que o MVM propõe novas formas de se fazer políticas públicas a partir do foco no engajamento comunitário.

Partindo do pressuposto de que cidades boas para as crianças são boas para todos, nos últimos anos, a cidade do Recife tem feito investimentos estratégicos na primeira infância, tendo sido, inclusive, a primeira do país a firmar parceria com a Urban95 — programa da Fundação Bernard van Leer, que visa redesenhar o espaço citadino a partir da perspectiva das crianças de 95 cm de altura, que têm, em média, 3 anos de idade (ICS; FBvL, 2022).

Alinhado a esta perspectiva, desde 2017, o MVM tem ganhado cada vez mais destaque nos âmbitos nacional e internacional, evidenciando a necessidade de se formularem e implantarem políticas públicas urbanas includentes semelhantes. Assim, como justificativa prática, ressalta-se que a avaliação do Movimento pode fornecer subsídios para o próprio aprimoramento e posterior inserção sua em outras localidades menos privilegiadas, ao identificar os impactos das intervenções realizadas e a satisfação da comunidade.

O programa presta atenção a comunidades marginalizadas, não raramente ignoradas pelo poder público, seja na esfera municipal, estadual ou federal, buscando mitigar a criminalidade e a desigualdade entre os bairros de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, ele promove educação, conscientização ambiental e participação social — participação que carrega potencial para estimular o exercício da cidadania, em especial nas crianças, que passam a se enxergar como parte da solução para os problemas urbanos e capazes de exigir que sejam assegurados todos os direitos reservados à infância.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Urbanismo Tático

A publicação da obra “Morte e vida das grandes cidades”, da jornalista Jane Jacobs, em 1961, representa um importante marco na história do urbanismo (PINHO, 2016), sobretudo por ter desencadeado uma série de críticas aos princípios do planejamento urbano ortodoxo moderno, os quais vinham conduzindo à decadência de um número cada vez maior de cidades (JACOBS, 2011). A autora chama à atenção o fato de que os especialistas urbanos se pautavam mais em teorias do que em conhecimentos práticos sobre o funcionamento dos espaços citadinos e suas necessidades, portanto não eram capazes de criar cidades funcionais e saudáveis, em que houvesse vitalidade urbana¹.

Emergia, por conseguinte, uma demanda por abordagens alternativas ao planejamento urbano vigente à época, que apresentassem respostas mais rápidas e criativas para os problemas urbanos, especialmente os das grandes cidades (FONTES, 2018; NASSAR, 2021). Desde então, diversas iniciativas com esse propósito vêm sendo exploradas. A “acupuntura urbana”, por exemplo, foi idealizada no início dos anos 2000, por Jaime Lerner — um dos maiores arquitetos e urbanistas do mundo —, que entendia as cidades como organismos vivos e indicava o adoecimento delas (LERNER, 2016 [2003]).

Mais do que isso, ele acreditava que algumas cidades já se encontravam em “estado terminal” e que, por tal razão, os princípios médicos da acupuntura deveriam ser aplicados ao tecido urbano (LERNER, 2016). O arquiteto partia do pressuposto de que assim como no tratamento com agulhas, a realização de ações pequenas e rápidas em pontos específicos levaria à cura — ou seja, à revitalização — de toda uma área e seu entorno. E, a despeito da microescala de aplicação destas ações, suas implicações seriam de macroescala (CASAGRANDE, 2020).

Além da acupuntura urbana, outras abordagens surgiram, a exemplo do “urbanismo de guerrilha” e o “*do it yourself*” — DIY, traduzido como faça você mesmo (COURAGE, 2013; SILVA, 2016). O DIY, em particular, era entendido como uma forma de protesto social contra o planejamento tradicional (MONTEIRO, 2019) e tornou-se um dos tipos mais difundidos de urbanismo, principalmente no contexto norteamericano, por estimular os indivíduos e/ou os

¹ Para Jacobs (2011), cidades funcionais e saudáveis deveriam ter o maior número de pessoas circulando pelas ruas e calçadas, porque é isto que dá vida aos espaços públicos e proporciona uma vigilância natural, garantindo, assim, a segurança e a redução da violência.

grupos de indivíduos a planejarem as cidades “com suas próprias mãos” e, por decorrência, impactar de forma significativa suas vidas cotidianas (TALEN, 2015).

Desde o início da última década, todas as iniciativas mencionadas — e até mesmo outras, com propósitos e estratégias semelhantes — têm sido reunidas em comum sob o abrangente conceito de “urbanismo tático” (COURAGE, 2013). Este termo guarda-chuva tem sido utilizado para se referir a diferentes tipos de intervenções sobre o tecido urbano, em geral informais e temporárias, de baixo custo, de pequena escala e de curto prazo, que promovem o engajamento e a participação da população, a qual se torna agente das mudanças (BRENNER, 2015; LYDON; GARCIA, 2015).

As discussões acerca deste movimento emergente tiveram início em um contexto de grave crise — urbana e econômica, mas sobremaneira política —, em que tanto as instituições públicas quanto as privadas falharam na garantia das necessidades básicas da população, como moradia, segurança, transporte e mobilidade (BRENNER, 2015). Assim, ele surgiu entre um grupo de indivíduos, como uma resposta às políticas públicas ineficientes formuladas e impostas por diferentes atores urbanos, quase sempre sem nenhuma participação social (GADANHO, 2016).

Nota-se, são os cidadãos que assumem o protagonismo na construção da cidade, ao participarem e interferirem diretamente no processo de tomada de decisão (MACÊDO; ALMEIDA, 2015). Logo, depreende-se que, a princípio, o urbanismo tático tende a promover a reestruturação de base, com uma mobilização *bottom-up* — de baixo para cima —, e não *top-down* — de cima para baixo —, como ocorre no planejamento urbano tradicional (COURAGE, 2013; FONTES, 2018). Além disso, ainda de acordo com a autora, ele é democrático e pode ser associado ao direito à cidade, uma vez que visa promover a mobilização e a participação popular não só na reapropriação do espaço físico, mas também na reivindicação do espaço político.

Outro aspecto relevante de semelhante tipo de urbanismo consiste na mudança de foco da grande para a pequena escala de intervenção (LYDON; GARCIA, 2015), a qual foi negligenciada, em termos históricos (FONTES, 2018). Assim, via de regra, ele se limita a ruas, parques e/ou bairros (BRENNER, 2015). É inegável que as cidades precisam dos grandes projetos urbanos (ROMER, 2015), contudo, são os pequenos que permitem a resolução imediata dos problemas locais mais urgentes (BRENNER, 2015). Outrossim, são estes que estimulam o engajamento social, gerando identificação dos cidadãos com o espaço (DUANY, 2015).

Diante disso, verifica-se que, apesar de pressupor a realização de pequenas ações táticas — rápidas e de fácil execução —, a referida abordagem visa atingir objetivos maiores,

fomentando mudanças duradouras e de grande escala nas cidades, como o redesenho dos espaços públicos urbanos (LYDON; GARCIA, 2015). Estas ações podem, ainda, corresponder a uma determinada fase de projetos maiores — a “fase zero de implantação” —, em que se testam ideias, a fim de verificar a aceitação da população local, a partir da tentativa e erro (FONTES, 2018). A cidade acaba exercendo o papel de laboratório de experimentação, e só depois da análise dos resultados da implantação as intervenções passam a ser permanentes (MACÊDO; ALMEIDA, 2015).

As intervenções por vezes estão associadas a um processo criativo, sendo realizadas por arquitetos, urbanistas, designers e artistas (COURAGE, 2013). E é possível e desejável que elas sejam replicadas em outros lugares, respeitando e ganhando especificidades locais (NOGUEIRA, 2017). Muitas delas têm como propósito a reativação das ruas — promovendo o equilíbrio entre a ocupação por automóveis e por pedestres, ao permitir que estes usem as áreas urbanas de modos diferentes de tempos em tempos — e a reapropriação dos espaços públicos — pela transformação de locais subutilizados em áreas de lazer e convivência, como praças e parques públicos (BARATA; FONTES, 2016).

Exemplo claro, no Brasil, é o caso da Avenida Paulista, em São Paulo, que desde 2015 tem sido interditada ao tráfego de veículos e aberta aos pedestres e ciclistas nos domingos e feriados. A reivindicação, que partiu da sociedade civil, levou à instituição do “Programa Ruas Abertas”, gerando disputas espaciais entre diferentes atores (CORDEIRO; MELLO; BASTOS, 2019). Outro exemplo, também em São Paulo, é o movimento “A batata precisa de você”, que propõe a ocupação do Largo da Batata no fim do dia de todas as sextas-feiras, quando as pessoas se reúnem para jogos, festas, exibição de filmes e criação de mobiliários urbanos temporários, visando a revitalização e a apropriação da área (BARATA; FONTES, 2016).

Os *parklets* — parques temporários instalados em estacionamentos —, que surgiram em São Francisco — na Califórnia, nos Estados Unidos —, deram origem ao *Park(ing) Day*, que acabou se espalhando pelo mundo e hoje ocorre em várias localidades, incluindo cidades brasileiras, como Curitiba, Belo Horizonte e Rio de Janeiro (BARATA; FONTES, 2016). Por sua vez, no *Build a Better Block* — Construa um quarteirão melhor —, que também se realiza em muitos diferentes lugares, os moradores se reúnem para tentar melhorar o próprio bairro em um fim de semana (NOGUEIRA, 2017), através, por exemplo, da criação de murais, mobiliários urbanos e hortas comunitárias, e da realização de feiras, atividades participativas e jogos (FOSTER, 2020).

No Morro da Providência, no Rio de Janeiro (RJ), uma moradora criou, em 2016, o projeto “Impacto das Cores” como tática de resistência, uma vez que a comunidade não se

sentia contemplada pelo planejamento urbano *top-down*. A iniciativa se dividia em duas etapas, sendo a primeira relativa à pintura das casas e a segunda à realização de ações direcionadas à conscientização ambiental dos residentes, incluindo as crianças, a fim de fortalecer suas identidades (SILVA, 2021). E, de acordo com a autora, apesar do caráter efêmero das cores, os impactos do projeto se mantêm, pois ele anima o senso de pertencimento da comunidade local.

Pode-se citar, ainda, as intervenções urbanas colaborativas em áreas periféricas de Belém, no Pará, a exemplo do bairro Tenoné, no qual se buscou requalificar um espaço público ocioso, transformando-o em lugar de lazer com *playground*, jardim, área de jogos e de convivência, visando atenuar problemáticas crescentes — como o acúmulo de lixo e a violência urbana — e agregar valor afetivo a ele, despertando o senso de pertencimento da comunidade local (ARAÚJO *et al.*, 2021).

Assim, observa-se que, cada vez mais, a sociedade civil tem tomado a iniciativa na realização de intervenções urbanas, visando à melhoria de suas condições de vida e à diminuição da morosidade do poder público por meio de projetos flexíveis e adaptáveis, o que faz dela protagonista na construção das cidades (GOMES; GOMES; MELLO, 2019; LYDON; GARCIA, 2015). Contudo, vale ressaltar o cuidado necessário para não se opor os dois atores, fazendo com que a sociedade assuma funções que não são suas, porém sim do Estado, visto que a comodidade pode levar este a se eximir ainda mais de suas responsabilidades (NOGUEIRA; PORTINARI, 2016).

De fato, as ações de urbanismo tático têm preenchido muitas lacunas deixadas pelo poder público, mas ainda assim não podem substituir por completo o planejamento urbano tradicional e centralizado (NOGUEIRA, 2017). Embora tenha surgido entre grupos de cidadãos (GADANHO, 2016), o movimento foi politizado rapidamente, passando a ser adotado por organizações de todos os setores, com destaque à esfera pública (SILVA, 2016), que começou a perceber a eficácia da aplicação de ações táticas nas cidades e a incorporar e financiar alguns tipos de urbanismo em ascensão (STAVRIDES; FERGUSON, 2014)

Neste sentido, o desafio que se apresenta é equilibrar de modo satisfatório os interesses dos atores sociais envolvidos na construção do espaço público, sobretudo da sociedade civil e do Estado, em uma articulação das iniciativas *bottom-up* e *top-down* (LYDON; GARCIA, 2015), dado que isto levaria a transformações mais extensivas e duradouras (COURAGE, 2013). Vale ressaltar que a articulação bem-sucedida já foi comprovada por algumas práticas políticas recentes (FONTES, 2018), entretanto, até o momento, os exemplos não estão consolidados o bastante para servirem de referência, indicando como combinar intervenções

táticas com o planejamento urbano tradicional, e como monitorar e supervisionar o processo (MONTEIRO, 2019).

É fundamental, portanto, conciliar as propostas estatais relativas ao planejamento urbano com a participação política da população (FONTES, 2018) — sem exclusão das crianças —, que deve reivindicar atenção aos seus desejos e necessidades no que tange à construção e/ou reinvenção das cidades (NOGUEIRA, 2017). Por efeito, os programas e as políticas públicas tornam-se mais ágeis, sem perder o foco na transformação em larga escala e longo prazo (SILVA, 2016). Ademais, os cidadãos apropriam-se do espaço público citadino e ainda contribuem para a produção de uma urbe mais democrática e inclusiva, garantindo o exercício do direito à cidade (BARATA; FONTES, 2016; GOMES; GOMES; MELLO, 2019).

2.2 Direito à Cidade

A formação das cidades está associada ao nascimento da civilização — na região do crescente fértil, há cerca de 6 a 8 mil anos antes de Cristo —, a partir da sedentarização do homem, do desenvolvimento da agricultura e da pecuária, e do domínio de técnicas e ferramentas que permitiram o alcance de excedente de produção pela força de trabalho humana (FABER, 2013; MAZOYER, 2010). Assim, ela é, ao mesmo tempo, local de trabalho e de residência (CARLOS, 2008; ROLNIK, 2017). É, também, um local de encontro, pois no espaço das ruas e calçadas que se dá a integração e o convívio entre as pessoas, que estabelecem laços de amizade e confiança, os quais contribuem para a garantia da segurança pública (JACOBS, 2011).

A ONU estima que aproximadamente 70% da população mundial deverá viver em cidades até 2050 (ONU-HABITAT, 2020). Tal projeção desperta preocupações quanto à problemática urbana, sobretudo porque a expansão das cidades, em regra, não obedeceu à escala humana (GEHL, 2013). Pelo contrário, a urbe foi construída conforme a lógica capitalista de produção do espaço e acumulação de capital — buscando satisfazer aos interesses do mercado —, privilegiando o desenvolvimento econômico em detrimento do social (HARVEY, 2013; LACERDA; MELLO, 2017; LEFEBVRE, 2008).

Constata-se, então, que as cidades não foram concebidas para atender às pessoas (GEHL, 2013). Com efeito, desde meados do século XVIII, quando teve início a primeira revolução industrial — considerada o motor de todas as grandes transformações sociais —, os espaços citadinos preexistentes tiveram de se modificar para responder às necessidades da

indústria nascente (LEFEBVRE, 2008). Esta, ainda segundo o autor, estabeleceu-se, em geral, fora das cidades — próxima às fontes de energia, matéria-prima, meios de transporte e mão de obra —, porém, assim que possível, deslocou-se para os centros urbanos, buscando se aproximar dos capitalistas e do capital, dos mercados e da mão de obra barata (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2008).

O deslocamento da indústria em direção à cidade provocou a desordem e a desestruturação na — e da — cidade, provocando confrontos entre a classe dominante e a classe operária, a qual passou a viver cada vez mais longe do centro, nos subúrbios e periferias — às margens do lugar. Em simultaneidade, os comércios convergiram para os núcleos urbanos, que se transformaram em centros de consumo — assumindo, por suas características estéticas, um duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar². Nestes centros passaram a prevalecer as relações pautadas na troca e no valor de troca sobre o uso e o valor de uso³ (ARAÚJO, 2012; LEFEBVRE, 2008), intensificando a segregação dos espaços e, como consequência, degradando as relações sociais (CARLOS, 2020).

A situação levou à descentralização da cidade e desconfiguração da ordem urbana, fragmentada em funções como moradia, trabalho, circulação, lazer... (DANTAS, 2011). Além disso, o crescimento urbano acelerado afluou desigualdades socioespaciais, bem como problemas de infraestrutura, de mobilidade e de segurança, que resultaram na ausência de espaços públicos adequados e de boa qualidade habitacional, tornando as cidades hostis às pessoas — e, em especial, às crianças —, que acabaram se afastando delas (LOEB, 2019; SARMENTO, 2015).

Limitou-se a criação de espaços de lazer e de convivência, comprometendo a vida urbana e a concepção da cidade enquanto local de encontro e de confronto de diferenças (LEFEBVRE, 2008), que permitia às pessoas modificarem suas trajetórias a partir das experiências e vivências com os outros (DIAS; ESTEVES JÚNIOR, 2017). Outrossim, com o ritmo de vida frenético no mundo moderno, o homem e a sociedade passaram a seguir uma forma estandardizada, burocratizada, instaurando a vida cotidiana, na qual pouco existe de criatividade, dado que o foco é o aumento da produção e, como decorrência, da produtividade (NÓBREGA, 2017). Ainda de acordo com o autor:

² Apesar destas transformações, os antigos núcleos urbanos não desapareceram, e sim se converteram em uma mercadoria de consumo de alta qualidade para turistas e estrangeiros, por exemplo. Ainda assim, os indivíduos não deixaram de consumir o espaço completamente, uma vez que os próprios objetos aglomerados e expostos nas vitrines das lojas se tornaram razão para a reunião de pessoas (LEFEBVRE, 2008).

³ Até então, o valor de uso se sobrepunha ao valor de troca, porém, esta relação se inverte. Isso porque, com a industrialização, o capitalismo selvagem emerge e a economia e a busca por lucro acima de tudo passam a dominar as relações humanas, dissolvendo o valor de uso (MATIAS, 2021).

[...] o cotidiano guarda em si, contudo, a possibilidade de descobrir coisas, de desvendar ações, de registrar movimentos, trajetórias, tendências, fluxo, movimento; o cotidiano se equivale à sucessão de acontecimentos. O cotidiano, acontecimento em movimento, é resultado, em última estância, da banalidade e banalização da vida no urbano, materializada pelo ritmo da cidade; apresenta-se como uma imagem, uma representação da cidade. (NÓBREGA, 2017, p. 32).

O cotidiano, destarte, emerge como um reflexo dos modos de vida urbanos e de como a sociedade se organiza, impostos pelo espaço e tempo do capital (NÓBREGA, 2017). Diante de tal cenário, Lefebvre publicou, em 1968, o livro “O direito à cidade”, salientando a necessidade de se reivindicar o direito a uma vida urbana renovada e transformada, tanto como um apelo quanto como uma exigência. O direito à cidade corresponderia a uma queixa — ou apelo — contra a crise da vida cotidiana no espaço citadino; e, ao mesmo tempo, seria uma exigência no rumo de determinar a criação de uma vida urbana alternativa, menos alienada e mais significativa (HARVEY, 2014).

Lefebvre entendia a cidade como uma arena de disputa política, e abordava o direito a ela pautando-se numa perspectiva revolucionária, a qual assumia uma dimensão urbana. Para ele, a transformação originar-se-ia na classe operária, composta por trabalhadores urbanos que exerciam suas funções em condições precárias (HARVEY, 2014). Ele indicava a necessidade de se elaborarem estratégias urbanas e iniciativas de caráter “contra-hegemônico”, que propusessem soluções para os problemas afetos ao urbano, amparadas em uma política de reforma urbana e em projetos urbanísticos de curto, médio e longo prazo (ARAÚJO, 2012).

A origem do conceito lefebvriano foi marcada pelo encontro da universidade com as manifestações populares, uma vez que, enquanto a academia saiu às ruas, os protestos marcaram presença dentro das universidades (TAVOLARI, 2016). No entanto, apesar de seu pioneirismo, Tavolari (2016) afirma que Lefebvre foi esquecido por um bom tempo, principalmente nos contextos acadêmicos norteamericano e europeu, onde sua recepção foi tardia. Isso porque ele era lido apenas em círculos universitários restritos e de pouca influência, cuja produção não era em língua inglesa.

Nas últimas décadas, o conceito proposto por Lefebvre ressurgiu, sendo abordado por Harvey, na obra “Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”, de 2012 (TAVOLARI, 2016). Harvey se pauta na concepção do sociólogo Robert Park, para quem a cidade consiste em uma tentativa do homem de refazer o mundo em que vive à sua imagem e semelhança (PARK, 1967). Numa perspectiva convergente, o espaço citadino pode ser encarado como uma manifestação do elemento humano, que reflete os desejos e papéis do

homem na sociedade (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016). Assim, o direito à cidade é entendido como a capacidade da população de mudar e reinventar tal espaço, de acordo com suas próprias vontades e necessidades, enquanto faz e refaz a si mesma (HARVEY, 2009, 2012, 2014).

O referido direito é mais coletivo do que individual. E, embora seja um dos mais preciosos e importantes direitos humanos, é um dos mais negligenciados. Está relacionado à possibilidade de a população reivindicar o poder de exercer influência sobre a configuração da vida urbana cotidiana e o processo de urbanização como um todo (HARVEY, 2012, 2014).

Harvey (2012) também defende que seu ressurgimento tem gênese nos bairros e nas ruas, como um grito de socorro e amparo emitido pelas populações mais vulneráveis e marginalizadas, emergindo junto às lutas e movimentos sociais urbanos, e estimulando o desenvolvimento de uma “cidadania insurgente”.

O direito à cidade também é o direito à vida (LACERDA; MELLO, 2017) e em sua essência estão as noções sobre o uso e a apropriação do espaço (FIORAVANTI, 2013). Tal espaço, ao mesmo tempo produto e produtor de relações sociais, é resultado do modo como o homem o percebe, o concebe e o vive (LACERDA; MELLO, 2017; LEFEBVRE, 2008). A participação cidadã, também, faz-se presente como um elemento-chave no exercício deste direito, porque é ela que vai garantir uma gestão pública mais justa e democrática no que se tange à cidade (BURGOS, 2016; MELLO; BASTOS; LACERDA, 2020), além de permitir a identificação e o estabelecimento de vínculos entre ela e as pessoas (GADANHO, 2016; GOMES; GOMES; MELLO, 2019).

2.2.1 O direito à cidade no contexto brasileiro

No Brasil, as discussões relativas ao direito à cidade tiveram início ainda entre as décadas de 1970 e 1980, quando questões como direito e democracia estavam em voga devido ao autoritarismo do regime militar (TAVOLARI, 2016). À época, intelectuais progressistas e militantes de diversos campos disciplinares — como arquitetos e cientistas sociais, por exemplo — tornaram o referido direito conhecido no âmbito dos movimentos sociais urbanos, os quais passaram a reivindicá-lo (HOLSTON, 2013). Isso se deu em virtude da estreita relação existente entre os professores e estudantes universitários e os movimentos sociais brasileiros (CAFRUNE, 2016).

Um marco importante nesse contexto foi a criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que pleiteava o direito à cidade e à cidadania, a gestão democrática

da cidade, e o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade (CAFRUNE, 2016). A atuação do MNRU levou à inclusão de um capítulo sobre Política Urbana na Constituição Federal de 1988 (CF/88), expressa nos artigos 182 e 183. O primeiro atribuiu a responsabilidade sobre o planejamento urbano ao poder público municipal, que deve ordenar a realização das funções sociais da cidade; o segundo, por sua vez, definiu instrumentos para a regularização fundiária, com destaque para a usucapião (BRASIL, 1988). Com o objetivo de regulamentar tais artigos, foi promulgada, ainda, a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade (AMANAJÁS; KLUG, 2018).

Em decorrência, o direito à cidade se ampliou, apresentando-se como um conceito guarda-chuva, sob o qual se agrupam diversas outras reivindicações, tais como moradia, mobilidade, transporte público, trabalho, lazer, saneamento básico e infraestrutura (AMANAJÁS; KLUG, 2018; CAFRUNE, 2016). Cabe ressaltar que ele é universal, portanto, todas as pessoas têm direito à cidade — embora, na realidade, isso nem sempre se concretize — e devem participar de maneira direta e igualitária das decisões relativas ao bairro e à cidade em que vivem, pelo potencial de conduzir à formação de uma consciência coletiva em relação ao direito à cidade (JACOBI, 1986).

Nos últimos anos, as reivindicações no que se refere a este direito têm se tornado cada vez mais comuns. As “Jornadas de Junho”, por exemplo, marcaram o ano de 2013, dando ao direito à cidade uma maior projeção social ao impedir o aumento das tarifas do transporte público em várias capitais do país (CAFRUNE, 2016). Um dos principais argumentos do Movimento Passe Livre (MPL) estava ligado ao fato de que o aumento das passagens dificulta o acesso ao transporte e, como consequência, impede a “experiência da cidade” por aqueles que não podem pagar para se locomover por ela (TAVOLARI, 2016).

Na cidade do Recife, em Pernambuco, o grupo Direitos Urbanos — formado por moradores contrários ao “Projeto Novo Recife” — liderou o movimento que ficou conhecido como “Ocupe Estelita”, organizando ocupações e manifestações a fim de que fossem realizadas alterações no projeto e no plano urbanístico municipal (SANTOS; MELLO, 2020). Isso porque o projeto propunha a construção de um empreendimento de luxo de alto impacto ambiental, paisagístico e histórico no Cais José Estelita, e sua aprovação se deu sem que houvesse consulta pública ou participação popular (CAFRUNE, 2016). Essa situação expressou a crise do modelo urbanístico do Recife, permitindo a abertura para discursos alternativos, como o do direito à cidade (SANTOS; MELLO, 2020).

Casos semelhantes têm ocorrido em várias cidades do país, nas quais áreas públicas são vendidas e destinadas à construção de empreendimentos de luxo, sem que as discussões

envolvam a população local e seus aspectos sociais (CAFRUNE, 2016). Verifica-se outro exemplo em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde surgiram movimentos como o “Cais Mauá de Todos” como uma forma de resistência ao projeto de requalificação do Porto Cais Mauá, reivindicando a participação popular e a transparência quanto à parceria entre o setor público e o privado, bem como o direito à cidade (LACERDA; MELLO, 2017).

Diante dos exemplos, ora apresentados, fica evidente a necessidade de o poder público — seja no âmbito federal, estadual ou municipal — dialogar com as comunidades, incluindo os moradores locais no processo de planejamento e execução de políticas, programas e projetos públicos urbanos, pois são eles que conhecem as demandas reais e mais urgentes da população. Os cidadãos precisam ter assegurado o seu direito à cidade, ou seja, o direito de participar da invenção e reinvenção da cidade, a fim de vivermos em uma sociedade verdadeiramente democrática e evitar os conflitos de interesses.

2.3 A Cidade, a Criança e a Participação Infantil

O desenvolvimento das cidades, em regra, negligenciou a dimensão humana, o que é uma implicação do fato de elas, gradualmente, não terem sido projetadas para atender às necessidades das pessoas. Em vez disso, já há muitas décadas, o planejamento urbano tem se pautado nas demandas dos automóveis, os quais ocuparam as ruas de modo vertiginoso (GEHL, 2013). Assim, as cidades deixaram de ser um lugar de encontro e convivência, tornando-se uma posse dos carros. Eles invadiram os espaços públicos, privatizando-os e dificultando seu uso e ocupação por aqueles que decidem adotar outros tipos de mobilidade. Os pedestres, em especial, precisam seguir por vias mais longas, acidentadas e segregadas, enquanto os carros se movem pelas mais curtas, planas e livres (TONUCCI, 2006, 2020).

Quando desenvolveu indicadores de qualidade para a urbe, o pedagogo italiano Francesco Tonucci (2006) apontou que cidades boas para as crianças seriam boas para todos. Contudo, o “cidadão protótipo” é representado por um homem adulto que trabalha e dirige carros, e são às necessidades dele que os governantes buscam atender visando garantir apoio eleitoral. Demandas e direitos daqueles que fogem ao perfil — isto é, dos que não são homens adultos, não trabalham e não dirigem carros — são ignorados (TONUCCI, 2020). As cidades tornam-se, portanto, hostis aos seus próprios habitantes — sobretudo às crianças, que compõem a categoria social mais vulnerável (SARMENTO, 2018) e são diretamente afetadas por

macroforças estruturais, cujos impactos abrangem seu futuro e desenvolvimento pleno (QVORTRUP, 2011; UNICEF, 2004).

A despeito dos impactos potenciais das macroforças estruturais — como a política, a legislação, a economia etc. — sobre as condições de vida das crianças, com frequência a infância tem sido negligenciada na construção do planejamento, em especial no tocante ao espaço público citadino (PINTO; PUGA, 2019). Isso porque, por muito tempo ignorou-se o *establishment* de que as crianças são uma parte inerente da sociedade e do mundo em que vivem. Existia, portanto, uma tendência em priorizar outros aspectos da vida, relegando as crianças à exclusão do mundo adulto, principalmente como uma tentativa de protegê-las (BROSTOLIN, 2021; QVORTRUP, 2010b, 2011).

Como consequência, as crianças também foram afastadas do espaço urbano — perigoso, automobilizado e poluído — e confinadas em áreas “insularizadas”, nas quais vivem sob a vigilância constante de adultos, a exemplo da casa e da escola; logo, quase não havendo presença infantil nas ruas, praças e calçadas (SARMENTO, 2015). Esta situação tem implicações adversas, uma vez que tais espaços representam locais de encontro, e que é a partir do contato com o mundo — em outras palavras, com os mencionados espaços — que as crianças conhecem e formam a si mesmas (PINTO; PUGA, 2019). O relacionamento com pessoas de gêneros, idades, raças e classes sociais diferentes deveria lhes atribuir novas experiências (DIAS; ESTEVES JÚNIOR, 2017; JACOBS, 2011), todavia o afastamento espacial existente resulta em uma visão limitada da cidade e de suas possibilidades, além de impedir que se desenvolvam sentimentos de identificação e pertencimento à comunidade (SARMENTO, 2015).

Diante disso, observa-se que a cidade representa um espaço potencial ao exercício dos direitos das crianças, porém as desigualdades de acesso a ela e de decorrente usufruto da vida urbana se colocam como ameaças, caracterizando a relação entre a cidade e a criança como negativa, marcada pela restrição da cidadania da infância (SARMENTO, 2018). Este autor aponta que a restrição se dá em virtude de seis fatores, a saber: domesticação; institucionalização; insularização; restrição da autonomia de mobilidade; dualização social; e fragmentação.

A *domesticação* está ligada à organização e ao controle exercido pelos adultos sobre todas as atividades realizadas pelas crianças no espaço urbano, o que resultou na criação de lugares específicos para elas, tais como parques infantis, empresas de lazer, bufês infantis e lojas de videogames. Até o brincar é vigiado, tendo de obedecer a regras e normas de utilização e comportamento que limitam a criatividade e reduzem a autonomia. A *institucionalização* se

relaciona à criação de instituições sociais direcionadas às crianças, como escolas e creches, com o mesmo propósito: impor regras e limites de comportamento, a fim de prepará-las para o exercício da cidadania quando alcançarem a idade adulta (PINTO; PUGA, 2019; SARMENTO, 2018).

Constata-se, então, que a circulação das crianças ocorre entre instituições: da casa para a escola; da escola para o lugar de lazer; e do lugar de lazer para a casa. Assim, elas se movem por “ilhas urbanas” (ZEIHER, 2003). O referido confinamento corresponde à *insularização*, que acaba restringindo o conhecimento infantil acerca da cidade e de suas possibilidades. Por conseguinte, faz dela um lugar de ilusão e deslumbramento, mas também uma coisa desconhecida, onde não há identificação; e, ao mesmo tempo, faz da criança uma espécie de habitante “estrangeira”, que não se reconhece como parte do ambiente citadino (SARMENTO, 2018).

Por sua vez, a *restrição da autonomia de mobilidade* se relaciona com a ocupação das cidades pelos automóveis, que levou à retirada das pessoas — em especial, dos idosos e das crianças — das ruas e calçadas, impedindo-as de se locomoverem a pé. Além de desumanizar os espaços, a automobilização gerou outros problemas, como engarrafamentos em vias de acesso concorridas, com generalizados acidentes de trânsito e aumentos na emissão de gases causadores do efeito estufa (PINTO; PUGA, 2019). Seus impactos são paradoxais, pois ela permite o deslocamento por espaços maiores em menores períodos temporais, porém diminui a circulação pedonal das crianças, restringindo o conhecimento acerca da cidade e a exploração de relevante parcela da coisa pública (SARMENTO, 2018).

A *dualização social* se refere à configuração da cidade enquanto um espaço dual, isto é, dividido entre espaços exclusivos e espaços de exclusão, o que gera oportunidades desiguais entre as crianças no tocante à interação com a cidade, afetando particularmente as que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica e vivem em bairros periféricos (PINTO; PUGA, 2019). Note-se que, em regra, as crianças de classes mais abastadas têm um contato restrito e limitado com o espaço público, enquanto as crianças de classes desprivilegiadas vivenciam experiências cotidianas nele com mais frequência (DIAS; FERREIRA, 2015). Tal condição evidencia que a organização dual do espaço está associada de modo direto à estratificação em classes sociais (SARMENTO, 2018).

Não obstante, observa-se que crianças de todas as classes enfrentam a carência infraestrutural e a ausência de equipamentos públicos destinados ao lazer, ao entretenimento, à educação e à cultura no espaço citadino (DIAS; FERREIRA, 2015). Logo, mesmo que de forma desigual, a dualização tem impactos sobre todas as crianças, proporcionando uma experiência

fragmentada da cidade — eis, por fim, o fator *fragmentação* —, que diminui as chances de um verdadeiro uso democrático da coisa coletiva (SARMENTO, 2018).

Os seis fatores supracitados estão interligados e são resultado da preocupação dos pais e/ou responsáveis com a segurança das crianças ante os perigos da vida urbana, apesar do desejo de lhes conferir mais autonomia e independência. Reitera-se, esta preocupação, muitas vezes, leva à exclusão infantil do mundo adulto, entretanto alguns autores têm se proposto a refletir sobre até que ponto é válido proteger as crianças à custa de sua invisibilidade enquanto parte da sociedade e cidadã plena (*e.g.* BROSTOLIN, 2021; QVORTRUP, 2010b). Ao longo das últimas décadas, os estudos no campo da Sociologia da Infância, por exemplo, vêm provocando mudanças progressivas no cenário, à medida que passam a enxergar as crianças como agentes sociais capazes de exercer influência e modificar os mundos nos quais estão inseridas (QVORTRUP, 2010a, 2011).

A Convenção sobre os Direitos da Criança — CDC —, realizada pela ONU, em 1989, representou um marco ao olhar para as crianças como sujeitos de direitos — de provisão, de proteção e de participação, os três “p” —, por consequência, cidadãs plenas (SARMENTO, 2015; UNICEF, 1989). Assim, no art. 3, ela preconiza que todas as decisões que afetem a vida infantil devem ser tomadas tendo em vista, por prioridade, o melhor interesse da criança. No art. 12, por sua vez, é assegurado às crianças o direito à voz, para expressar opiniões e pontos de vista quanto a quaisquer assuntos relacionados a elas, conforme suas idades e seus níveis de maturidade (UNICEF, 1989). Embora o exercício destes direitos — especialmente, os de participação — em raras situações seja observado na prática (PINTO; PUGA, 2019; QVORTRUP, 2011).

Em complementaridade, Brostolin (2021, p. 4) afirma que:

[...] entre estes, o direito de participação é comprovadamente o direito com menos progresso e essa constatação nos permite afirmar a urgente necessidade de envolver a sociedade em um processo de aprendizagem que reveja a relação assimétrica entre adultos e crianças e permita um compartilhamento de divisão de poder e negociação.

Em verdade, legislações e políticas públicas com regularidade são elaboradas sem que as crianças e suas reivindicações sejam consideradas (LOEB, 2019; QVORTRUP, 2011; SARMENTO, 2015; SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007). No tocante ao espaço público, por exemplo, é comum que elas sejam esquecidas, limitadas ao papel de espectadoras (PINTO; PUGA, 2019), não participando da criação e/ou transformação dele (SARMENTO, 2018), mesmo que se reconheça que elas são a rigor as protagonistas do mundo social

(VALENÇA, 2018) e, portanto, que suas percepções sobre a vida urbana são imprescindíveis ao avanço do conhecimento sobre a infância e a cidade (GOBBI, 2020; SARMENTO, 2018).

Como aponta Malho (2004, p. 51):

É a partir do conhecimento dos contextos reais de vida das crianças, das suas rotinas, das suas percepções e representações, que será possível pensar, planejar e realizar intervenções mais corretas junto das entidades responsáveis, com vista à alteração ou modificação de determinados aspectos do planejamento e da organização que prejudicam e impedem uma boa integração das crianças, através de um uso mais correto dos espaços, do corpo e de formas de ocupação de tempos, nomeadamente dos tempos livres.

Aqui fica evidente a necessidade de se reconfigurar os espaços citadinos e as políticas públicas visando a atender o melhor interesse da infância. Para tanto, é importante incluir as perspectivas dos sujeitos infantis nos projetos urbanos, por meio do diálogo e coexistência com os adultos e com seus pares (VALENÇA, 2018), o que pode reverter a imagem de “criança excluída da cidade”, pois ela assumiria o papel de “criança cidadã” (TREVISAN, 2014), porque o direito à cidade, em específico, representa uma condição para a cidadania infantil, que decorre de políticas públicas para a infância e a cidade que possibilitem a participação de todos, com destaque para os infantes (SARMENTO, 2018).

A participação infantil não pode ser simbólica. Exige-se que os atores sociais — no caso, as crianças — tenham o poder de interpretar, analisar, questionar, decidir, atuar... (OLIVEIRA, 2017). Ressalta-se, ora, que vários autores abordam teorias e escalas referentes a este tipo de participação (*e.g.* BROSTOLIN, 2021; DIAS; FERREIRA, 2015; TOMÁS; FERNANDES, 2011). A mais conhecida é a “Escada de Participação”, proposta por Roger Hart, em 1992, a qual se divide em oito degraus — três deles ligados à ausência de participação, e cinco a algum nível de participação.

Fundamentando-se na proposta de Hart (1992), surgiram, com o tempo, novas propostas (*e.g.* REDDY; RATNA, 2002; SHIER, 2001). Trilla e Novella (2001), por exemplo, propuseram outra classificação, que será adotada aqui, com quatro tipos amplos de participação das crianças: simples, consultiva, projetiva e metaparticipativa. Segundo estes autores, há também quatro fatores — ou critérios — que permitem indicar maior ou menor grau de participação dentro de cada tipo apresentado: envolvimento, informação/conhecimento, capacidade de decisão e comprometimento/responsabilidade.

A *participação simples* consiste em fazer parte de uma atividade como espectador ou executante, limitando-se a seguir instruções ou a responder a estímulos, sem intervir na preparação ou nas decisões sobre o conteúdo, pois isto cabe ao adulto.

A *participação consultiva* ocorre em situações nas quais o sujeito-criança é ouvido e a ele são postos à disposição canais para tanto. Ele, assim, deixa de ser mero espectador ou executante de algo que foi determinado de maneira prévia, e passa a propor ou a avaliar assuntos que direta ou indiretamente lhe dizem respeito. Contudo, o produto da consulta pode ou não ser aceito, a depender do quanto o responsável pela atividade se compromete em cumpri-lo (TRILLA, NOVELLA, 2001).

A *participação projetiva* requer maior engajamento e corresponsabilidade, uma vez que o sujeito não se limita a ser um usuário e faz mais do que dar sua opinião — ele se torna um ser ativo, que reconhece a atividade como sua, na qual pode intervir a partir de dentro e em diversas fases, desde a definição até a execução e o controle.

Por termo, a *metaparticipação* representa os sujeitos reclamando para que seus interesses sejam reconhecidos e atendidos. Fazem emergir novos espaços e mecanismos de participação, porque, para semelhantes sujeitos, os canais estabelecidos não são suficientes ou eficazes (TRILLA; NOVELLA, 2001).

Além da tipologia participativa, Trilla e Novella (2001) propuseram três condições mínimas que devem ser satisfeitas para uma participação infantil eficaz: o direito à participação, a capacidade de participação e os espaços de participação.

No que tange à primeira condição — o *direito à participação* —, reitera-se, ela foi assegurada aos infantes pela CDC, em 1989. Entretanto, a sociedade ainda não enxerga as crianças como cidadãs plenas, ativas e engajadas. Os adultos continuam parecendo estar longe de aprenderem a ouvir e considerar as opiniões e perspectivas delas. Assim, faz-se premente que a concepção social da infância seja modificada, de forma a aceitar que as crianças possam exercer a cidadania na vida urbana cotidiana e perceber a si mesmas como cidadãs.

A segunda condição — a *capacidade de participar* — aferra-se ao reconhecimento e à admissão de que a categoria geracional das crianças e dos adolescentes, em alguma medida, tem capacidade de participação, a qual deve ser desenvolvida para se tornar eficaz. Os infantes, então, precisam ser educados para poderem exercer seus direitos (TRILLA; NOVELLA, 2001). A educação engloba confiança, respeito e trabalho cuidadoso, com os ensinamentos se adequando à idade e ao nível de experiência e maturidade dos sujeitos (BROSTOLIN, 2021).

Além do reconhecimento das duas anteriores condições, são necessários meios adequados para a participação. Entre as características que eles devem apresentar para se constituírem em *espaços de participação*, Trilla e Novella (2001) indicam:

- (i) Permitir atuar no ambiente próximo e na vida cotidiana, em vista de as crianças contarem com informações suficientes, advindas das próprias experiências, que lhes facilitam a formulação de opiniões e a ação;
- (ii) Explicar os objetivos e como dar-se-á o processo de participação, uma vez que assim os infantes terão ciência sobre as condições e os limites de sua participação, bem como sobre os comportamentos ou as ações a que devem iniciar; e
- (iii) Criar espaços reais de participação, que sejam adaptados às condições psicológicas e sociais das crianças, e nos quais as sugestões e observações feitas por elas sejam consideradas e, se possível, aplicadas para melhorar a realidade.

Observa-se que, ao longo das últimas décadas, diversas iniciativas vêm sendo desenvolvidas em função de assegurar os direitos à participação infantil. Com destaque para o direito das crianças à cidade, Pinto e Puga (2019) fizeram menção a alguns projetos, tanto nacionais quanto internacionais, a título de exemplos.

No cenário internacional, Pinto e Puga (2019) citaram a “Cidade das Crianças”, criada na Itália — e, posteriormente, replicada na Argentina e na Espanha —, por Francesco Tonucci. O projeto intentou transformar as cidades a partir do ponto de vista dos sujeitos infantis que vivem nelas.

No Brasil, eles (Pinto e Puga, 2019) citaram, entre outras iniciativas, o “Espaço Alana”, criado em 1994, em uma comunidade de extrema vulnerabilidade na Zona Leste de São Paulo, que tem como objetivo produzir um mundo melhor para as crianças, promovendo o desenvolvimento local, mediante o acesso à cultura e à educação, e a criação de espaços de lazer, brincadeiras e outras ações lúdicas, além do voluntariado e engajamento comunitário.

O programa MVM — idealizado, em 2016, pela PCR, em especial por sua Secretaria Executiva de Inovação Urbana, em parceria com organizações privadas e sociais, e implementado em comunidades de interesse social do município — representa outro exemplo, uma vez que, amparado nos princípios do urbanismo tático e no direito à participação dos infantes, tal política pública visa reconstruir a cidade e os espaços públicos urbanos a partir da perspectiva das crianças, priorizando acima de tudo o desenvolvimento da primeira infância.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Estratégia de Pesquisa

Para efeitos desta dissertação, adotamos uma perspectiva onto-epistemológica de orientação construtivista, pois entendemos que a realidade é histórica e socialmente construída por meio da interação entre os sujeitos e o mundo em que vivem (GUBA; LINCOLN, 2005; SACCOL, 2009). A fim de manter a coerência metodológica, a abordagem de pesquisa foi qualitativa, e obtivemos achados descritivos sobre pessoas, lugares e processos, a partir do contato direto da pesquisadora com a realidade pesquisada, visando a compreensão do fenômeno segundo a perspectiva dos sujeitos (GODOY, 1995).

O estudo foi de natureza descritiva, uma vez que buscamos traçar o histórico do programa Mais Vida nos Morros na comunidade da Vila Burity, no bairro da Macaxeira, em Recife, desde sua implementação, em 2019, até os dias atuais, destacando as intervenções realizadas, a participação das crianças no processo intervencionista e os resultados, com o propósito de entender as transformações na relação destas cidadãs com o espaço público urbano.

O método utilizado foi o estudo de caso, por sua adequação à pergunta de pesquisa e aos objetivos geral e específicos propostos. Como aponta Yin (2015), esta pode ser a estratégia mais indicada para responder a questões do tipo “como” e/ou “por que”, quando há pouco controle do pesquisador sobre os eventos e quando o foco recai sobre fenômenos contemporâneos da vida real. Assim, dentre as diversas possibilidades disponíveis, escolhemos a abordagem naturalista, desenvolvida por Robert Stake, por ser mais pertinente a estudos amparados no construtivismo. Além disso, seguimos a estrutura sugerida por Leão *et al.* (2012).

O presente caso — único e instrumental — foi escolhido em função de suas singularidades. Em outras palavras, o MVM permite a promoção do protagonismo do cidadão, a focalização do desenvolvimento da primeira infância e a proposição do redesenho do espaço urbano *com e a partir* da perspectiva das crianças, então acaba atuando como uma política de segurança pública, uma vez que as crianças tendem a ocupar mais os espaços públicos, e quando isto acontece, em geral, elas estão acompanhadas dos pais ou responsáveis. O caso tem, ainda, o potencial para contribuir com a construção do nosso conhecimento e de toda a comunidade acadêmico-científica, sobretudo no que diz respeito às crianças, aos espaços públicos e às políticas públicas.

Entre os motivos que justificam a escolha da Vila Burity como espaço de referência da pesquisa, vale destacar que: (i) o MVM foi criado em 2016, mas a vila só foi atendida em 2019

— sendo a décima terceira comunidade transformada —, logo, o programa já havia passado por alguns aperfeiçoamentos e, inclusive, redirecionado seu escopo à primeira infância; (ii) em função do tempo decorrido desde a realização das intervenções, já é possível observar algumas consequências, gerando análises preliminares acerca de sua eficácia.

Devemos salientar que a construção deste conhecimento não exige nenhum método ou técnica revolucionários, mas uma mudança de perspectiva em relação às crianças, vistas, agora, como sujeitos dotados de conhecimento, que precisam ser ouvidos e escutados sobre seus modos de vida, a fim de indicar novas formas de problematizar o que já se sabe e apontar outros caminhos possíveis para se lidar com a infância (DORNELLES; FERNANDES, 2015). Destarte, foi imprescindível o comprometimento ético da pesquisadora, que tentou respeitar as vozes infantis sem invisibilizá-las diante das vozes adultas que lhes interpretavam — como recomendam Fernandes e Marchi (2020) e Fernandes e Souza (2020).

É relevante ressaltar, entretanto, a existência de múltiplas e variadas formas de comunicação, tais como as linguagens gráfica, simbólica, motora e oral. A oralidade, em particular, sobretudo no caso infantil, não pode ser entendida como um sinônimo de voz, sendo necessário considerar todos os outros tipos de linguagens para compreender o que as crianças de fato querem comunicar (MALAGUZZI, 1999). Dentre as abordagens metodológicas mais apropriadas para tanto, encontra-se o estudo de caso, o qual — assim como a etnografia e a investigação participativa, por exemplo — procura criar condições adequadas para que os sujeitos de pesquisa expressem suas subjetividades e representações, através de instrumentos de coleta de dados e informações como observações, grupos focais, entrevistas, fotografias e desenhos (FERNANDES; SOUZA, 2020).

Consideramos, ainda, a necessidade de fazer emergir uma consciência reflexiva, que nos permitisse entender como o papel do adulto interfere no processo de pesquisa e obtenção das vozes infantis (SPYROU, 2011). Isto porque, como apontam Fernandes e Souza (2020), é comum que os relatórios de investigação revelem a afonia — ou seja, a ausência — das vozes das crianças, prevalecendo uma subordinação da voz delas à voz do adulto pesquisador.

3.2 Campo de Atuação

3.2.1 Mais Vida nos Morros

A cidade de Recife tem o segundo maior Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal — IDH-M — da região Nordeste, ficando atrás apenas do arquipélago Fernando de Noronha (PNUD, 2010). Não obstante, cerca de um terço de sua população — 500 mil pessoas — vive em habitações precárias, de madeira e alvenaria, construídas nas encostas de morros e sujeitas aos riscos de deslizamentos de terra, principalmente no inverno, quando as chuvas causam grandes estragos e perdas materiais e humanas (DP, 2019). Ante o preocupante cenário, foi lançado, em 2016, o programa MVM, com o objetivo de requalificar o espaço urbano por meio de intervenções paisagísticas e da criação e/ou recuperação de áreas de lazer, recreação e convivência das 545 comunidades de interesse social da capital pernambucana (MVM, 2020).

O Movimento consiste em uma política pública de cidadania e resiliência urbana que se ampara em três preceitos básicos para reinventar a cidade e combater a desigualdade econômica e socioespacial: baixo custo, rápida implementação e alto impacto. É também uma política de desenvolvimento sustentável, que se compromete a atender pelo menos dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS — que compõem a Agenda 2030 da ONU: o ODS n. 3, referente à saúde e ao bem-estar, que visa garantir vida saudável e bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades; e o ODS n. 11, afeto a cidades e comunidades sustentáveis, que busca tornar os espaços públicos e assentamentos urbanos mais seguros, inclusivos, resilientes e sustentáveis (MVM, 2020).

Para sua execução, a PCR criou a Secretaria Executiva de Inovação Urbana (SEIURB) — uma subsecretaria da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos — e buscou integrar a ela diferentes órgãos e secretarias, a exemplo da Defesa Civil, da Autarquia de Urbanização do Recife — URB — e da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana — EMLURB. Além disso, ela buscou estabelecer parcerias com organizações de iniciativa privada — como as Tintas Coral e a Casa Cor — e recebeu orientação e apoio técnico de organizações sociais e fundações.

A Bernard van Leer, a título de exemplo, é uma fundação privada que procura por soluções para os problemas que afetam o desenvolvimento da primeira infância. Neste sentido, ela criou a Rede Urban95, que tem o objetivo de redesenhar os espaços públicos a partir da perspectiva das crianças de até 95 cm de altura — cuja idade é, em média, 3 anos — e de seus cuidadores, com vistas a melhorar a qualidade de vida da população e promover o desenvolvimento saudável da infância (ICS; FBvL, 2022). A partir de tal parceria, o MVM

mudou o foco para as crianças — em especial as que têm entre 0 e 6 anos — como uma estratégia para mitigar a desigualdade e a criminalidade nas comunidades (MVM, 2020).

Acima de tudo, o Movimento visa uma mudança de comportamento coletiva — salientando a diminuição dos problemas urbano e ambiental — (JC, 2019; PCR, 2017) e a transformação das pessoas — de todas as idades — e de suas relações com a cidade e com o ambiente natural (MVM, 2020). Para tanto, o MVM promete estimular o engajamento, a cidadania ativa e o protagonismo da população, buscando promover a vontade de fazer a diferença e o sentido de orgulho e pertencimento à comunidade — logo, a participação dela representa a essência do programa (MVM, 2020; PCR, 2019).

A equipe — que, a princípio, tinha somente 9 pessoas —, em 2020, já contava com 16 técnicos — entre arquitetos, engenheiros, jornalistas, designers, profissionais da área de sustentabilidade e gestores — e 55 trabalhadores operacionais, entre marceneiros, pedreiros, ajudantes e pintores. Hoje ela conta, ainda, com grupos de voluntários, que atuam junto à comunidade nos processos de intervenção, sobretudo quando há a organização de megamutirões⁴. Essa mobilização e engajamento é um dos diferenciais, assim como o contexto de vulnerabilidade das comunidades de interesse social onde o programa é implantado (MVM, 2020).

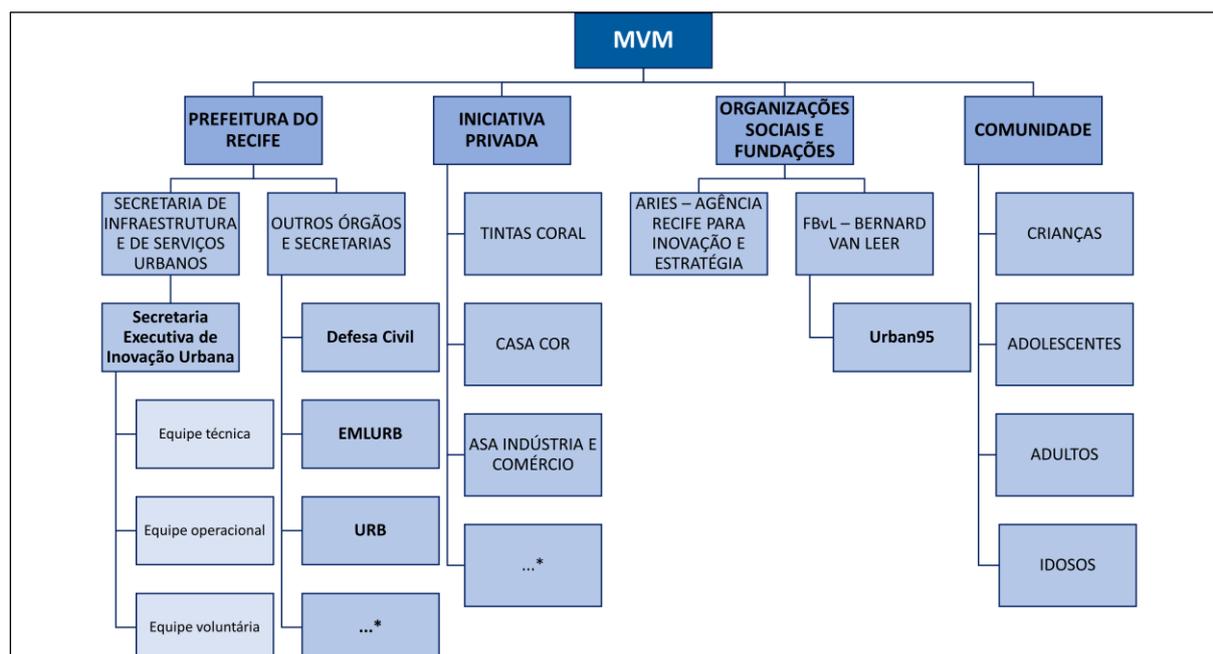
Convém ressaltar que, com a expansão do MVM, o investimento financeiro passou de R\$ 300 mil em 2016 — oriundos exclusivamente de parcerias privadas — para R\$ 2,2 milhões em 2019 — sendo R\$ 600 mil de parcerias privadas e R\$ 1,6 milhão da PCR — ver Figura 1. Observe-se, então, que, por meio dessas parcerias estratégicas e do engajamento e mobilização cidadã, o programa vem quebrando a lógica de departamentalização da gestão pública e ganhando notoriedade e admiração — nacional e internacional — como uma política pública de referência em inovação urbana e social (MVM, 2020).

⁴ Os megamutirões foram criados visando aumentar a escala do MVM. Para tanto, a metodologia é simplificada, tornando possível sua aplicação em apenas trinta dias. Além da participação da comunidade, há o apoio de milhares de voluntários e de várias secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal do Recife (MVM, 2020).

Figura 1 – Recursos financeiros investidos no MVM

Fonte: Adaptado de MVM (2020).

Para facilitar a compreensão da relação entre os diferentes atores envolvidos, buscamos representar esquematicamente a estrutura de governança do programa — ver Figura 2.

Figura 2 – Representação esquemática da estrutura de governança do MVM

Legendas: EMLURB: Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife; MVM: Programa Mais Vida nos Morros; e URB: Autarquia de Urbanização do Recife.

* Existem outras secretarias, empresas e órgãos que apoiam o MVM.

Fonte: A autora (2022).

Conforme a metodologia do MVM, a escolha das comunidades a serem atendidas se dá em função de três critérios: vulnerabilidade social, engajamento nas gincanas e feirinhas, e infraestrutura disponível. Em geral, o processo de intervenção se estende por cerca de três meses, dividindo-se em três etapas: engajar, transformar e celebrar.

Na primeira, que dura três semanas, após a seleção do território, a equipe realiza visitas técnicas, indo até a comunidade e passando de porta em porta para apresentar o programa e convidar a vizinhança a se unir. Em seguida, ela faz uma reunião de “cocriação”, na qual adultos e crianças têm a chance de sugerir as intervenções que poderiam ser feitas e definir prioridades, bem como os participantes de cada ação. Há também a realização do primeiro mutirão⁵ (MVM, 2020).

Na segunda, que é a etapa mais longa e dura, em média, 7 semanas, a PCR faz algumas melhorias — na iluminação, no piso e nas escadarias, por exemplo — e depois são realizadas outras obras e intervenções, oficinas lúdicas e de sustentabilidade, além de novos mutirões que contam com a participação da comunidade — que “põe a mão na massa” —, mas também de outros voluntários, convocados pela Secretaria Executiva de Inovação Urbana (MVM, 2020).

Na terceira e última etapa — com duração de três semanas —, as obras e outras intervenções são finalizadas e, então, inauguradas. Assim, ocorre uma celebração, com a presença do Prefeito do Recife, da equipe do MVM e da comunidade. No cotidiano, a manutenção das áreas depende da comunidade, que deve fazer o monitoramento; entretanto, havendo brinquedos e equipamentos danificados ou pinturas precisando de renovação, é a equipe do MVM que deve ser chamada (MVM, 2020).

Desde que foi criado, em 2016, o Movimento já foi implantado em mais de 50 comunidades, beneficiando mais de 50 mil moradores (PCR, 2021). Em síntese, ele busca soluções novas para problemas urbanos antigos, que desafiam a gestão pública municipal há décadas (MVM, 2020). Ele tem tentado garantir a reapropriação do espaço público e o exercício do direito à cidade no Recife. Mais do que isto, tem tentado promover um novo tipo de relacionamento entre o poder público e as comunidades em situação de vulnerabilidade, aproximando-as através do diálogo (ARCH DAILY, 2020). A proposta é que os moradores deixem de apenas reivindicar e participem de modo ativo da mudança, tornando-se parte da solução (DP, 2018). Espera-se que o poder público, por sua vez, escute a população, cômico de que ela é a verdadeira especialista no que tange ao lugar onde vive e compreende as necessidades locais prioritárias e urgentes (MVM, 2020).

⁵ É a primeira intervenção de fato, na qual ocorre a pintura das casas e a realização de oficinas para as crianças. Normalmente, acontece nos sábados pela manhã, em função de que todos tenham a possibilidade de participar.

Reitera-se, portanto, que deve haver a participação ativa da população em todas as fases do processo e, inclusive, na manutenção após a realização dele. E, as crianças, em particular, têm um papel essencial, pois tudo deve ser pensado e desenhado pautado com e a partir da perspectiva delas, que podem contribuir com pinturas e com o plantio de hortas e jardins, por exemplo, promovendo a reinvenção do espaço público segundo suas vontades e exercendo o direito à cidade, em simultâneo (MVM, 2020).

Por fim, cabe pontuar que, em virtude da pandemia de Covid-19 e das medidas de contenção adotadas pelo Governo do Estado de Pernambuco — sobretudo o isolamento e o distanciamento físico —, desde março de 2020 até meados de 2021, muitas das atividades presenciais foram suspensas. No ínterim, o MVM precisou se reinventar (PCR, 2020), atuando, por exemplo, em projetos de conscientização sobre o isolamento social nas comunidades atendidas, e em ações como a “Quarentena Sustentável”, que visava continuar oferecendo conteúdo, como oficinas de jardinagem, horta e compostagem, contudo de maneira virtual, através de aulas gravadas em vídeo.

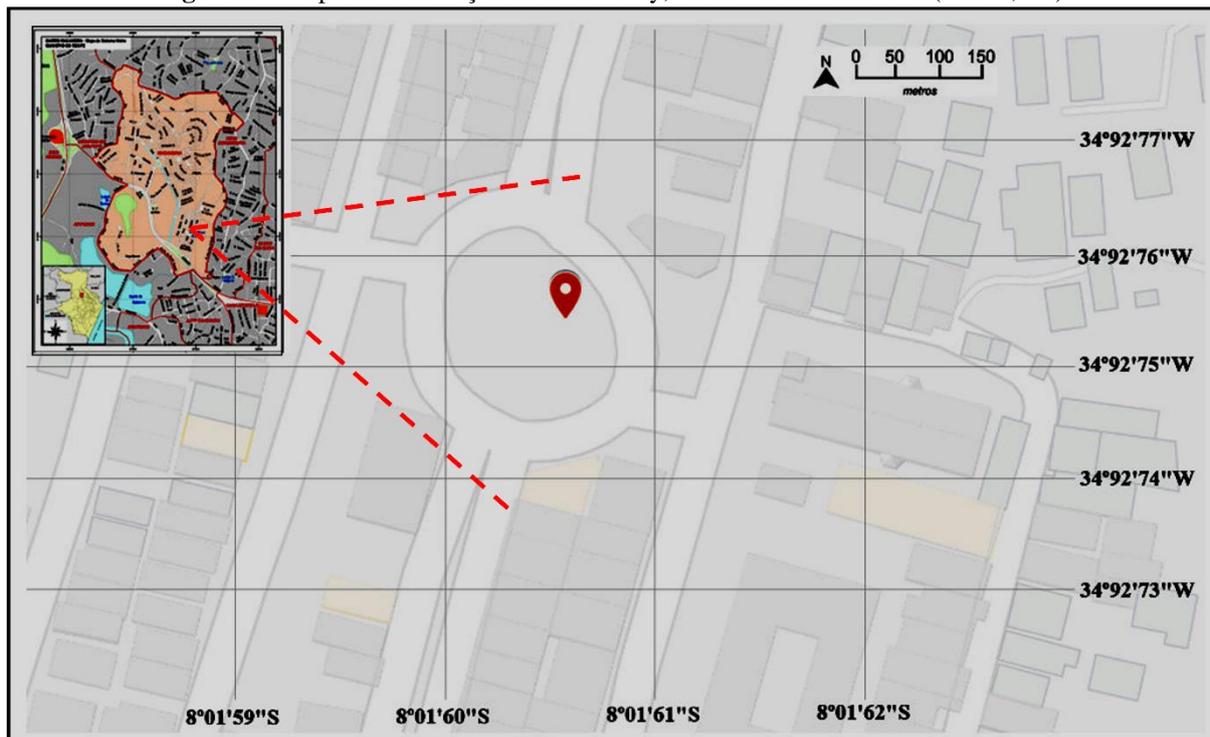
3.2.2 A comunidade da Vila Burity

A Vila Burity foi a 13^a comunidade atendida pelo MVM, em 2019. Ela se localiza no bairro da Macaxeira, na Zona Norte do Recife, em Pernambuco (Brasil) — ver Figura 3. Segundo relatos de moradores antigos, o bairro, que se desmembrou de Apipucos no início do século XX, recebeu o nome devido a uma plantação de macaxeira que lá existia.

Em verdade, tudo começou, em 1825, com a construção da Fábrica de Tecidos de Apipucos. Mais tarde, em 1925, junto com boa parte do terreno de seu entorno — que abrigava a linha férrea ligando os municípios pernambucanos de Recife a Limoeiro e o Açude Apipucos —, ela foi comprada pelo empresário Othon Lynch Bezerra de Mello, limoeirense, passando a se chamar Fábrica da Macaxeira, o que deu início à fundação do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S/A — COBM⁶ — ver Fotografias 1 e 2.

⁶ O COBM foi um conglomerado têxtil fundado pelo Coronel Othon Lynch Bezerra de Mello, composto pelas Fábricas da Macaxeira (1925) — antes conhecida como Fábrica de Apipucos —, Bezerra de Mello (1926), Amalita (1933) e Anita (1936) (SANTOS, 2017).

Figura 3 – Mapa de localização da Vila Burity, no bairro da Macaxeira (Recife, PE)



Fonte: Adaptado do Google Maps (2022).

Fotografia 1 – Linha férrea em frente à Fábrica da Macaxeira, em 1926



Fonte: ETE Miguel Batista (2014).

Fotografia 2 – Fábrica da Macaxeira, em 1928



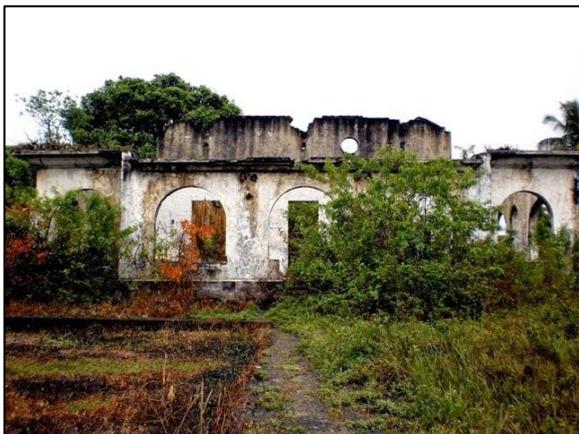
Fonte: ETE Miguel Batista (2014).

Com a expansão do COBM, o bairro começou a se desenvolver, levando o Coronel Othon a construir um complexo fabril inspirado no modelo europeu para aproximar os trabalhadores da indústria e diminuir seus deslocamentos. Assim, entre as décadas de 1930 e 1940, ele começou a construção de duas vilas operárias — a Vila Maria Amália, ou “Carrapateira”, e a Vila Regina, ou “Burity”. Cada rua das vilas foi nomeada em homenagem a algum de seus parentes, e todas as casas eram padronizadas — conjugadas e alinhadas à rua,

sem recuo frontal, com tamanhos e fachadas iguais na cor branca (FARIAS; VERARDI, 2016; SANTOS, 2017).

A casa da família Othon ficava no alto do morro, representando seu poder político e econômico — ver Fotografias 3 e 4. Isto lhe permitia ver de longe o que acontecia na fábrica, garantindo, por conseguinte, o exercício de forte controle sobre os operários — ver Fotografia 5, na próxima página. Não obstante, o Coronel construiu lojas e mercados, e forneceu assistência médica, educação e lazer aos funcionários e seus familiares num caráter paternalista por muitos anos. Quando ele morreu, em 1949, o complexo industrial passou a ser administrado por herdeiros, os quais, a partir de 1967, começaram a negociar a transferência da propriedade das residências para os operários e, aos poucos, foram reduzindo a oferta de serviços (SANTOS, 2017).

Fotografia 3 – Ruínas do casarão da família Othon
(1)



Fonte: ETE Miguel Batista (2014).

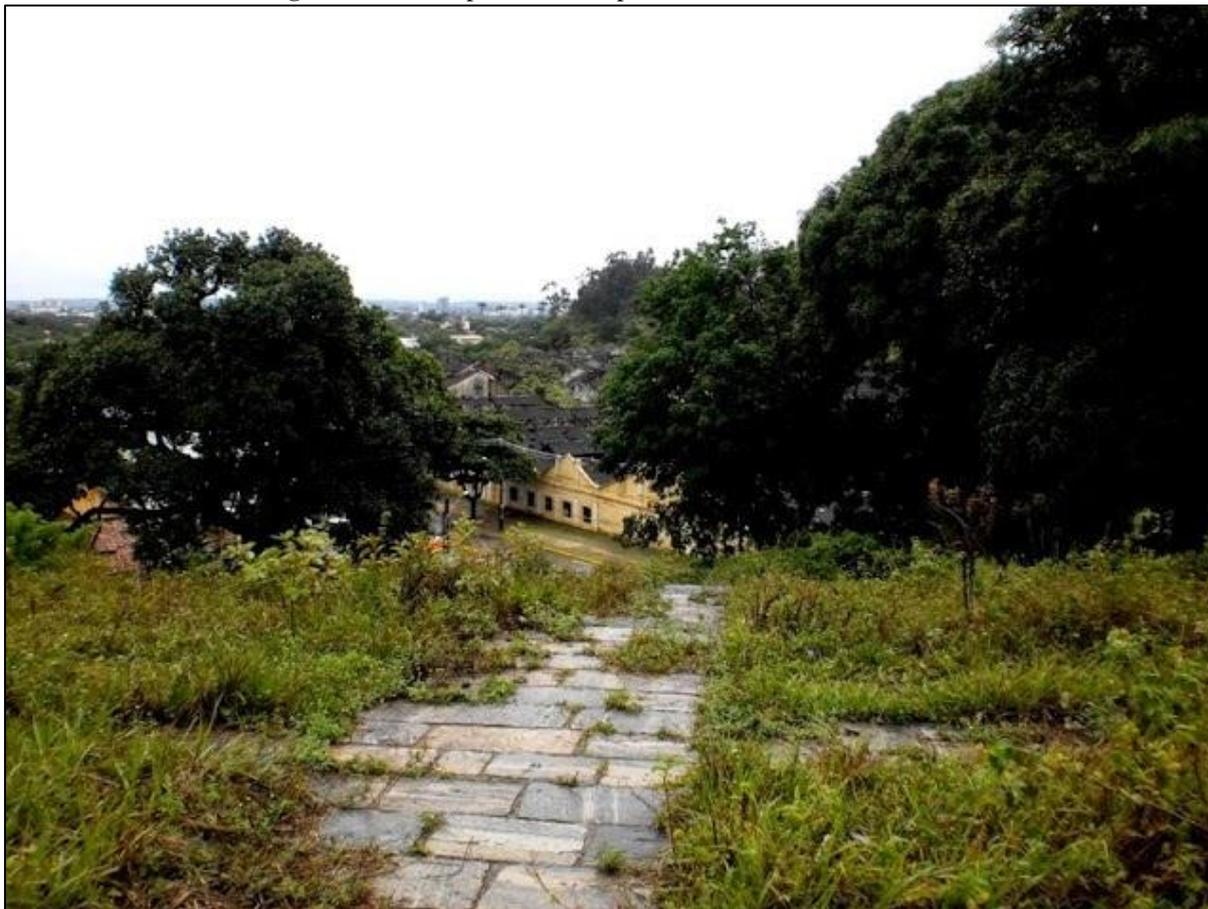
Fotografia 4 – Ruínas do casarão da família Othon
(2)



Fonte: ETE Miguel Batista (2014).

Ao longo do tempo, o conglomerado têxtil sofreu com várias crises, fechando e reabrindo algumas vezes até chegar ao termo, em 1991. As vilas operárias foram sendo descaracterizadas de maneira gradativa, perdendo a arquitetura original, em um processo que se estende até hoje. As evidências podem ser observadas, a título de exemplo, nas fachadas coloridas — que antigamente seguiam as cores padrões da fábrica —, no gradeamento das portas e janelas, no lajeamento e/ou na construção de pavimentos verticalizados (SANTOS, 2017).

Fotografia 5 – Vista panorâmica a partir do casarão da família Othon



Fonte: ETE Miguel Batista (2014).

Ressalta-se que foi a presença da Fábrica e da vila operária que levou à urbanização do bairro. No princípio, ela se deu controladamente. Depois, em pleno descontrole — algo previsível. Fenômeno semelhante havia ocorrido antes nos centros industriais ingleses. Entretanto, naquela área, em específico, segundo Silva (2017), as implicações foram mais problemáticas, uma vez que houve o encerramento das atividades da Fábrica, primeiro entre os anos de 1983 e 1985, e depois em 1991, quando ela fechou as portas em definitivo. Isto porque, a despeito da mão de obra pré-existente ali — e boa parte qualificada —, não foram instaladas novas indústrias, acontecendo, portanto, um significativo aumento de desemprego e de expansão de empregos informais, caracterizando o bairro da Macaxeira até hoje.

3.3 Procedimentos de Coleta de Dados e Informações

Para o alcance dos objetivos ora propostos, buscamos construir um *corpus* de pesquisa que fosse representativo do todo, a partir de uma coleção de materiais selecionados de forma

arbitrária (AARTS; BAUER, 2017; BARTHES, 2012). Assim, os dados e informações foram coletados por meio de três tipos de procedimentos, os quais garantiram a triangulação das fontes de evidências, a saber: levantamento documental, observação não participante e entrevista semiestruturada.

As evidências documentais foram reunidas em cerca de 30 matérias e reportagens de jornal e de outras fontes oficiais da PCR e/ou da Secretaria Executiva de Inovação Urbana, a exemplo do diário oficial do município e do site institucional do programa.

As observações, por sua vez, foram realizadas durante incursões a campo, na Vila Burity, no bairro da Macaxeira, na Zona Norte do Recife, entre os meses de janeiro e junho de 2022. Deste modo, aproximamo-nos dos alóctones em seu próprio ambiente (MARIETTO, 2018), em dias e horários diversos. Nas imersões, observamos como as crianças da comunidade e seus cuidadores interagem com o espaço público, tendo por propósito produzir uma descrição rica e clara. Para tanto, definimos 5 pontos de observação⁷ — ver Figura 4, na próxima página:

- 1) Campinho do Gogó;
- 2) Nossa Praça;
- 3) Praça do Dominó;
- 4) Mirante Cristina Tavares; e
- 5) Mirante Pôr do Sol.

Elaboramos, ainda, um protocolo de observação — ver Apêndice A — e, seguindo as recomendações de Marietto (2018), tomamos notas das situações relevantes ao alcance dos objetivos da dissertação, relatando percepções próprias sobre o ambiente físico e impressões sobre o uso que a comunidade faz — e, em particular, as crianças fazem — dele. As notas geraram 10 relatórios, que também compuseram o *corpus* de pesquisa.

⁷ Para localização aproximada, ver as coordenadas extraídas do Google Earth, no Apêndice B.

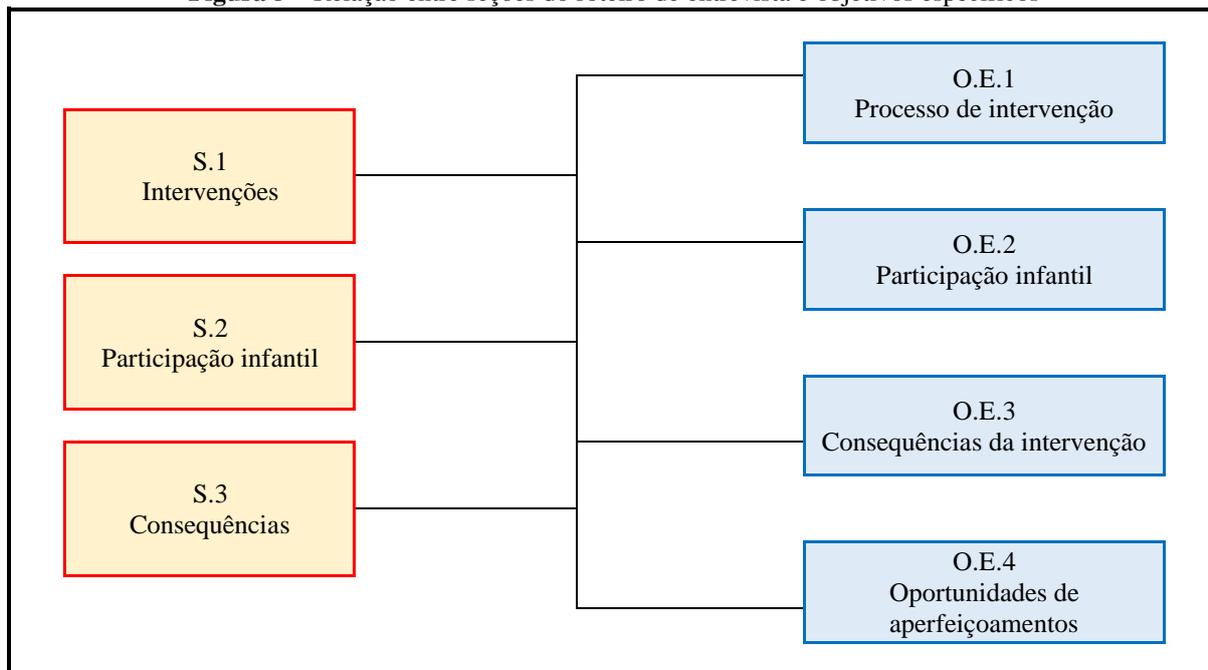
Figura 4 – Rota de observação na Vila Burity

Fonte: Adaptado do Google Earth (2013).

Foram realizadas, por termo, 13 entrevistas semiestruturadas com sujeitos ligados às ações do MVM na localidade, entre lideranças e pais/responsáveis moradores da comunidade. A intenção principal para entrevistá-los foi comprovar dados e informações obtidos por meio do levantamento documental, sobretudo aqueles relacionados à execução do processo de intervenção. Também intentamos identificar se o programa gerou consequências significativas à vida cotidiana das crianças — e quais foram tais consequências —, a partir da percepção dos participantes, naturalmente.

O roteiro que norteou as entrevistas semiestruturadas foi dividido em três seções — S. — atreladas aos objetivos específicos de pesquisa — O.E. A Figura 5, exposta na próxima página, ajuda a se compreender bem as relações entre S. e O.E.

A versão completa do roteiro norteador supracitado se encontra exposto no Apêndice C da dissertação.

Figura 5 – Relação entre seções do roteiro de entrevista e objetivos específicos

Legendas: S.: Seção; e O.E.: Objetivo específico.
 Fonte: A autora (2022).

Convém salientar que, após as apresentações pessoais formais, foram esclarecidos os objetivos do estudo e se garantiu aos participantes que eles teriam direito ao anonimato — e, rigorosamente, nenhum deles foi identificado no texto conclusivo da dissertação. Além disto, asseguramos que eles teriam o direito de decidir participar ou não da pesquisa, bem como de desistir a qualquer momento. Assim, as entrevistas foram gravadas em áudio e, em seguida, transcritas, com autorização registrada em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) — Apêndice D —, respeitando-se às questões éticas⁸.

3.4 Procedimentos de Interpretação e Análise dos Resultados

De acordo com Leão *et al.* (2012), a interpretação envolve as relações que o pesquisador — aqui, a pesquisadora — consegue identificar entre os vários elementos que compõem o caso, destarte os dados e as informações registrados ao longo da pesquisa que subsidiaram a dissertação foram lidos inúmeras vezes, a partir de óticas diversas, para que nos permitissem

⁸ Ressalta-se que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), via Plataforma Brasil, e recebeu aprovação através do parecer 5.276.450, como recomendado em casos de pesquisas envolvendo seres humanos.

reflexões mais assertivas sobre os achados que deles emergiram. O processo teve início com o nosso primeiro contato com o objeto de estudo e, reitera-se, estendeu-se até os resultados.

A análise, por sua vez, decorreu da interpretação subjetiva da pesquisadora acerca de tudo que foi registrado, buscando encontrar significados no que se observou quando da coleta de dados e informações. Para tanto, ela se fundamentou em experiências próprias e individuais suas, o que forneceu ao contexto múltiplas interpretações — algo natural, sabendo-se de antemão que, em grande medida, isto dependeria de cada ser que se debruçaria sobre ele.

Assim, os dados e as informações coletados foram ordenados, interpretados e analisados através da combinação das técnicas de agregação categorial e de análise qualitativa básica.

Para Stake (1995), a agregação categorial consiste em uma abordagem sistemática, mediante a qual o pesquisador procura acontecimentos e outros elementos relativos ao caso em questão — e, note-se, que guardem correspondência entre si — para que sejam identificados padrões e associações. Logo, fez-se necessário observar quais eram os fatos e os trechos afetos a eles mais relevantes ao alcance do objetivo do estudo. Em seguida, os achados mais significativos foram revisados e, novamente, abordados, porém agora sob uma acuidade superior, de modo que pudessem ser reunidos em categorias.

A análise qualitativa básica, de sua parte, envolve a descoberta de padrões ou temas recorrentes a partir dos dados e informações coletados (MERRIAM; TISDELL, 2015). Por efeito, a análise foi dividida nas três etapas propostas pelas autoras, a saber:

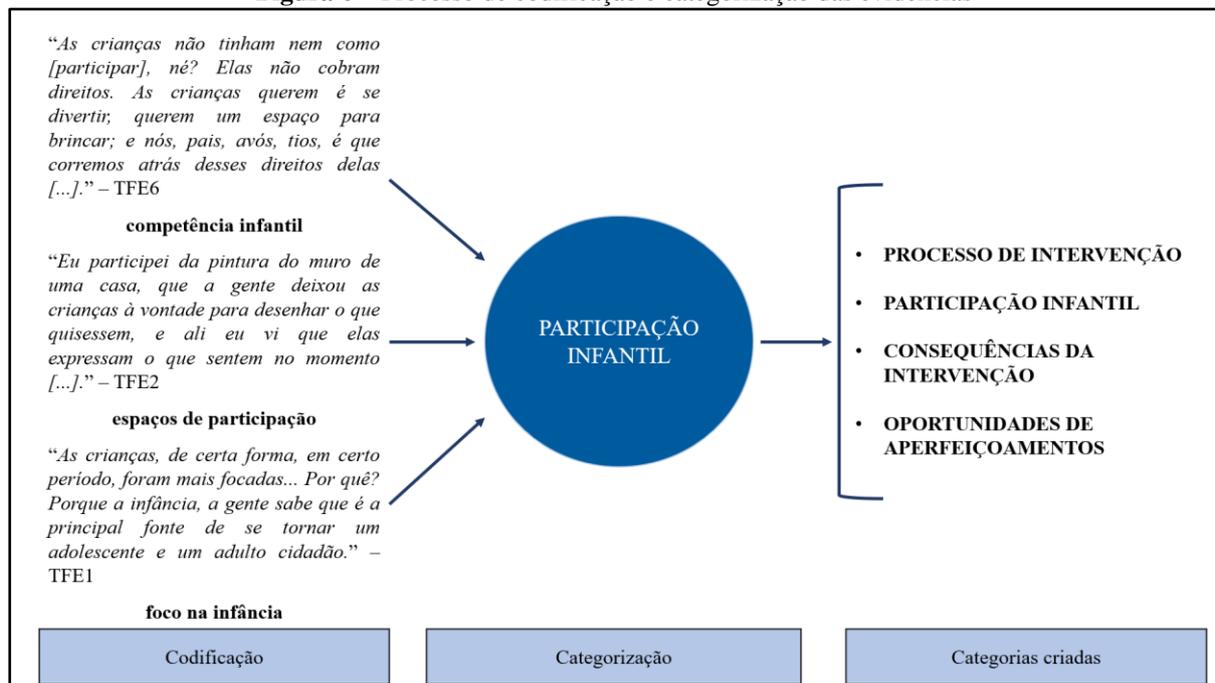
- Organização, realizada após uma primeira leitura “flutuante”, que tornou possível a seleção e o ordenamento dos materiais;
- Exploração, realizada com base em uma codificação e posterior categorização; e,
- Tratamento e interpretação, realizados por meio de inferências de conhecimentos.

Assim, as entrevistas foram transcritas e, em seguida, codificadas com o apoio de um software de análise de dados qualitativos — o Taguette. Posteriormente, os códigos criados foram reunidos e classificados em 4 categorias de análise, a saber:

- 1) Processo de intervenção;
- 2) Participação infantil;
- 3) Consequências da intervenção; e
- 4) Oportunidades de aperfeiçoamentos.

Eis, na Figura 6, exemplos de como se deu o processo de codificação e categorização, iniciando-se nos trechos de falas — TF — dos entrevistados — E.

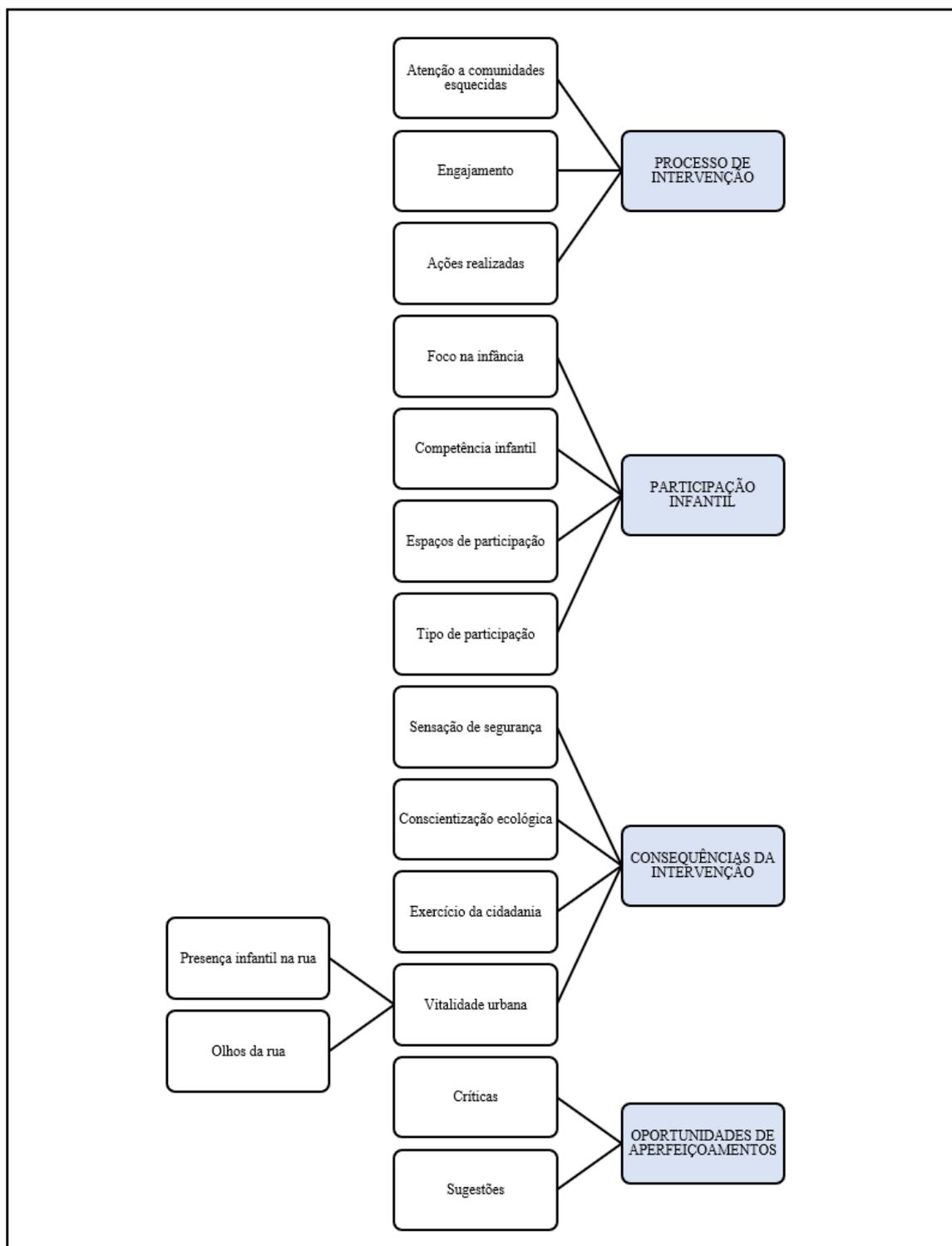
Figura 6 – Processo de codificação e categorização das evidências



Fonte: A autora (2022).

Observe-se, na Figura 7 — na próxima página —, os códigos, os subcódigos e as categorias criados com a intenção de que eles subsidiassem as interpretações e análises de dados e informações colhidos pela pesquisadora.

Figura 7 – Códigos, subcódigos e categorias criados



Fonte: A autora (2022).

Observe-se, também, que, assim como as seções do roteiro de entrevista semiestruturado, as categorias de análise foram definidas em função dos objetivos específicos propostos.

3.5 Critérios de Qualidade da Pesquisa

Face à crescente diversificação de abordagens de pesquisa qualitativas em vários campos disciplinares, tornou-se necessário aos pesquisadores adotar critérios de qualidade que assegurem validade e confiabilidade, de maneira análoga ao que ocorre nos estudos amparados em métodos e técnicas quantitativos (PAIVA Jr.; LEÃO; MELLO, 2011). A título de exemplos, os autores citam a triangulação, a construção do *corpus*, a descrição clara e rica, e a reflexividade. Observe-se que tais critérios foram utilizados na presente pesquisa, em função de garantir que ela se mostrasse válida e confiável.

A triangulação consiste na adoção de múltiplas e diversas fontes de dados e informações, pesquisadores, métodos e/ou teorias (DENZIN; LINCOLN, 2005), com a finalidade de enriquecer o entendimento sobre o fenômeno em estudo (MERRIAM, 1998). Aqui, ela foi conferida pela diversidade de fontes de dados e informações — observações em campo, entrevistas semiestruturadas e documentos outros.

A construção do *corpus* é equivalente à seleção da amostra representativa da pesquisa quantitativa, contudo, aqui, o tamanho amostral não é relevante, desde que se alcance a saturação dos dados e informações (PAIVA Jr.; LEÃO; MELLO, 2011). Isto posto, observe-se que a coleta foi encerrada desde o momento em que não se identificaram mais respostas e elementos novos e significativos à consecução do nosso objetivo durante a realização das observações em campo e das entrevistas semiestruturadas.

Em se tratando de uma pesquisa com crianças, reconheça-se que é imprescindível ter consciência de que seus comportamentos são imprevisíveis. Ademais, é preciso levar em conta todos os modos de elas se expressarem, sejam eles ditos ou não ditos, pois os silêncios e as recusas também representam uma dimensão importante da voz infantil, que expande as oportunidades de análise (FERNANDES; SOUZA, 2020; LEWIS, 2010). Estas condições exigiram a autorreflexão e a constante reestruturação do nosso processo de questionamento, o que nos exigiu bastante discernimento e assertividade.

Buscou-se, enfim, produzir-se uma descrição rica e clara, por meio de boa documentação, transparência e detalhamento acerca de contexto, de sujeitos e de procedimentos de coleta de dados e informações, interpretações e análises aplicados, de maneira que outros pesquisadores possam tentar reproduzir a nossa pesquisa em outras situações.

4 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram apresentados em quatro seções, estruturadas em função dos objetivos específicos e das categorias de análise ora propostas, nomeadamente:

- 1) Processo de intervenção;
- 2) Participação infantil;
- 3) Consequências da intervenção; e
- 4) Oportunidades de aperfeiçoamentos.

Ressalte-se que a interpretação e análise do *corpus* foi realizada de modo sequencial, porém os achados serão pontuados e discutidos em concomitância por entendermos que eles se complementam, fornecendo uma visão holística sobre o caso abordado.

Adicionalmente, com a finalidade de ilustrar as evidências coletadas durante a realização da pesquisa, trechos de reportagens de jornais — TRJ —, trechos de relatórios de campo — TRC — e/ou trechos de falas dos entrevistados — TFE — foram reproduzidos, buscando-se ao máximo preservar suas autenticidades.

4.1 Processo de Intervenção na Vila Burity

O MVM foi criado em abril de 2016, por uma iniciativa da PCR e da Secretaria Executiva de Inovação Urbana, as quais receberam apoio e orientação técnica de entidades privadas e organizações sociais. Quase três anos depois, em fevereiro de 2019, o programa, que buscava estimular a transformação da cidade através do protagonismo do cidadão, também já era visto como uma referência nacional no que tange à produção de espaços urbanos direcionados à primeira infância.

No mesmo período — mais especificamente em 30 de março de 2019 —, a iniciativa chegou à Vila Burity através da realização do primeiro mutirão de pintura, que contou com a participação de cerca de 170 famílias, as quais receberam instruções e materiais para colorirem suas casas. A comunidade ganhou evidência por ser, até então, a que teve o maior nível de engajamento nas ações de intervenção desde a criação do programa, como pode ser comprovado pelo TRJ abaixo:

“Os moradores da comunidade do Burity, no bairro da Macaxeira, tiveram um dia diferente no sábado (30/03/19). É que durante o dia foi realizado o primeiro mutirão de pintura do Mais Vida nos Morros na localidade. Aproximadamente 170 famílias participaram da ação, sendo a atividade com maior mobilização desde o início do projeto. Neste mutirão, os moradores receberam tintas, pinceis, baldes e a orientação para pintarem suas casas.”

Diário Oficial da Prefeitura do Recife, 02/04/19

De acordo com os entrevistados, o MVM desempenha um papel importante ao propor a requalificação de áreas normalmente negligenciadas e “esquecidas” pelo poder público, uma vez que existiria uma carência de políticas públicas eficientes destinadas às populações que vivem em contextos de vulnerabilidade socioeconômica — sobretudo nos morros da cidade —, e que ainda sofrem o preconceito da população em geral. Os TF dos entrevistados 2 e 7 ilustram tal percepção:

“Acho o projeto ideal para dar outra visão à comunidade, sabe? [Porque] essas comunidades carentes [são] um pouco esquecidas pela prefeitura e pelas pessoas, né? [Elas] têm preconceito de entrar na comunidade, às vezes por causa da aparência, e o MVM deu [...] mais vida.”

TFE2

“[...] essa comunidade entrou no mapa do Brasil depois disso, para ser sincero, porque a gente aqui era um povo esquecido por tudo quanto é órgão.”

TFE7

Segundo o MVM, todas as ações contaram com a presença e o engajamento da população. De fato, boa parcela dela colocou a “mão na massa”, sendo responsável, por exemplo, pela pintura da própria casa. As tintas foram doadas pela iniciativa privada e eles até puderam escolher entre as cores disponíveis. Também houve grafiteiros e outros voluntários ligados à SEIURB realizando a recuperação de áreas desgastadas e a pintura de muros e de casas em que o morador não podia pintar por limitações físicas suas ou da edificação. Bastava conceder a autorização e escolher entre as opções de cores ou ilustrações — ver, na próxima página, Fotografias 6 e 7 como exemplos.

Antes de serem iniciadas as ações físicas, os entrevistados indicam que foram realizadas algumas reuniões em pontos específicos da localidade. Na primeira, inclusive, apresentou-se aos potenciais participantes o MVM e as ideias de intervenção. Ali eles foram questionados se concordavam com a implementação do programa e se queriam, a rigor, participar. Para além, foi-lhes dada a oportunidade de lançar sugestões e opinar sobre as ações que poderiam ser executadas, a partir das necessidades que eles próprios enxergavam na comunidade.

Fotografia 6 – Fachada de casa com ilustrações (1)



Fonte: A autora (2022).

Fotografia 7 – Fachada de casa com ilustrações (2)



Fonte: A autora (2022).

Assim, foram feitos pedidos, como os de melhoria da iluminação de determinadas áreas, de retirada de pontos inadequados de descarte de lixo e de instalação de mobiliários urbanos em espaços de lazer e convivência, como se observa no TFE4:

“Quando o MVM veio, a engenheira queria fazer uma espécie de pracinha aqui, aí eu pedi para ela botar um poste ali. ‘Vai fazer uma praça no escuro?’ Aí, botou. Ela me atendeu. Botou um poste e uma luz ali. [Foi] reivindicação minha.”

TFE4

O processo de intervenção se estendeu por três meses e meio e atendeu aproximadamente 450 famílias, sendo inaugurado em 15 de agosto de 2019. Ao longo do tempo também foram feitas oficinas de práticas sustentáveis e alimentação saudável, e campanhas de sensibilização e conscientização ecológica, sobretudo acerca da destinação correta do lixo e da importância da reciclagem. Na gincana do plástico, por exemplo, incentivou-se a comunidade a coletar material plástico com a finalidade de trocá-lo por produtos, como saboneteiras e cestos de lixo, confeccionados mediante processo de reciclagem.

“Vestígios” de semelhantes ações ainda podem ser constatados na comunidade, como exposto no TRC e nas Fotografias 8 e 9 abaixo:

“Por todo o caminho, pude observar placas indicativas das ruas fixadas nas paredes das casas, bem como outras, fixadas em muros e postes, orientando a população a destinar adequadamente o lixo doméstico.”

TRC1

Fotografia 8 – Placa de rua



Fonte: A autora (2022).

Fotografia 9 – Placa educativa



Fonte: A autora (2022).

A Vila Burity também recebeu hortas comunitárias, composteiras para reaproveitamento do lixo orgânico, jardins, muitas plantas e novos mobiliários urbanos. Pontos críticos de lixo foram convertidos em espaços de convívio e lazer, a exemplo da “Nossa Praça”, representada nas Fotografias 10 e 11, na próxima página.

Fotografia 10 – Ponto de descarte de lixo

Fonte: Adaptado do Google Maps (2011).

Fotografia 11 – Nossa Praça, construída onde antes era um ponto de lixo

A autora (2022).

No muro — do lado esquerdo do “Campinho do Gogó”, paralelo à rua — há diversas ilustrações de frutas — ver Fotografia 12. Ali, segundo relatos de moradores locais, foram instaladas a horta comunitária e a composteira orgânica como complemento das ações realizadas pelo programa.

Fotografia 12 – Mural ao lado do Campinho do Gogó



Fonte: A autora (2022).

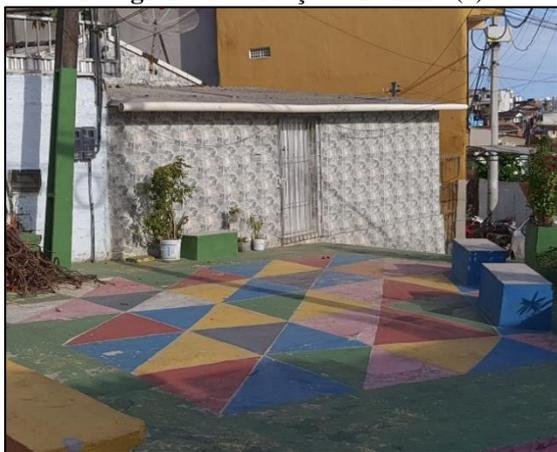
Note-se, porém, o teor do conteúdo expressado no TRC2:

“[...] no dia seguinte à inauguração, as hortaliças e os legumes — os alimentos, enfim — foram colhidos, sem se saber, ao certo, por quem. E não se plantou coisa alguma no lugar. Além disso, pouco tempo atrás, foi ateado fogo nos resquícios da composteira [...]”.

TRC2

Na “Praça do Dominó” — que os moradores chamam de “Praça do Jacaré”, conforme se descobriu durante as entrevistas e as observações em campo —, por exemplo, além de pintarem os pisos com formas geométricas, colocaram mesas e bancos fixos de cimentos, coloridos ou ilustrados com desenhos lúdicos — Fotografias 13 e 14, abaixo.

Fotografia 13 – Praça do Dominó (1)



Fonte: A autora (2022).

Fotografia 14 – Praça do Dominó (2)



Fonte: MVM (2021).

Observe-se, em todas as fotografias, a presença de elementos lúdicos, que estimulam a imaginação infantil. Isto porque o MVM dedicou atenção particular às crianças, tentando fazer delas o foco do programa, ao “redesenhar” os espaços públicos para que fossem seguros e atrativos para elas.

Com tanto em vista, a próxima seção discute a real participação delas no programa.

4.2 Participação Infantil na Vila Burity

Investir na primeira infância tem sido prioridade para a PCR já há alguns anos. Pautada nesta premissa, ela vem desenvolvendo políticas, programas e projetos públicos com a finalidade de promover a reinvenção dos espaços urbanos a partir do diálogo com as crianças e seus pais e/ou responsáveis, e assegurar, por decorrência, o exercício do direito à cidade dos infantes. O MVM foi desenvolvido atrelado a tal estratégia, logo suas intervenções devem ser pensadas com e para as crianças. Mais do que um direito, a iniciativa é uma necessidade, pois a cidade é um *locus* de expressão das culturas infantis urbanas.

Alguns participantes entrevistados atestaram que, em verdade, a infância foi abordada prioritariamente durante a implementação do programa, sobretudo por ela se tratar da categoria geracional que “fornece” os adultos cidadãos do futuro. É fácil comprovar a indicação realizada pelos entrevistados ao se caminhar pelos espaços da comunidade: as cores, os desenhos, os elementos lúdicos, os mobiliários urbanos — mesas, bancos, brinquedos... tudo parece ter sido pensado para despertar a imaginação e a atenção das crianças — ver Fotografias 15 e 16, como exemplos. Isto, também, foi explicitado no TFE9:

“Antigamente não tinha nada. Não tinha mesa, não tinha banco, não tinha letra, não tinha desenho nenhum. [...] aí fizeram as pinturas para as crianças brincarem, fizeram as letras, fizeram a mesa e os banquinhos, ajeitaram tudo direitinho [...]”

TFE9

Fotografia 15 – Paineis no Mirante Pôr do Sol



Fonte: A autora (2022).

Fotografia 16 – Mirante Cristina Tavares



Fonte: A autora (2022).

Reforça-se, no entanto, que não basta planejar *para...* É preciso planejar *junto* com os sujeitos infantis, estimulando sua participação e criando espaços adequados para tanto. No que tange a esta questão, de acordo com os entrevistados, um grupo de crianças foi reunido na própria rua, e ali elas tiveram a chance de compartilhar com a equipe do MVM seus sonhos e ideias para o lugar. Da reunião, emergiram sugestões de melhorias para pontos específicos da comunidade que as crianças gostavam de frequentar, a exemplo do Mirante Cristina Tavares:

“[...] ali tem uma quadra [em] que as crianças gostam de jogar bola, e foi montado aquele corrimão junto com a grade para a bola não passar direto, porque toda vez isso acontecia e ela caía lá embaixo. Para eles descerem e subirem era ruim, então as crianças foram consultadas.”

TFE1

“Às vezes, elas diziam qual o desenho que queriam, aí o grafiteiro que estava na hora fazia. Por exemplo, amarelinha mesmo, uma das crianças que tinha lá que escolheu. Ela disse: ‘ó, tia, faz uma amarelinha aqui para a gente brincar’, e a gente desenhou uma amarelinha no chão.”

TFE2

Para além de sugestões de intervenções, as crianças participaram diretamente de determinadas ações físicas. A título de exemplo, as brincadeiras de rua ilustradas no piso do Mirante Cristina Tavares, como a amarelinha — também denominada de “academia” por membros comunitários mais velhos —, foram propostas, escolhidas e até desenhadas pelas próprias crianças, segundo os entrevistados— ver Fotografia 17.

Fotografia 17 – Amarelinha no Mirante Cristina Tavares



Fonte: A autora (2022).

Nas ações direcionadas à conscientização ecológica, por sua vez, os relatos sugeriram que, com frequência, as crianças eram as mais engajadas. Assim, elas saíam procurando e recolhendo os materiais passíveis de reciclagem pela comunidade e os levavam para suas casas, onde as mães guardavam até que pudessem trocar por produtos reciclados nas feirinhas sustentáveis.

Uma das propostas centrais do MVM era valorizar a participação aplicada das crianças nas ações. Entretanto, houve entrevistados — pais e/ou responsáveis delas — que afirmaram presenciá-las apenas observando — “olhando” — os adultos “titulares” do Movimento realizarem as ações. Os TFE 10 e 6, abaixo, ilustram a afirmação:

“[As crianças] participaram, que elas ficaram olhando, né? [...] os meus netos até falaram que queriam uma amarelinha aqui, mas até hoje não fizeram.”

TFE10

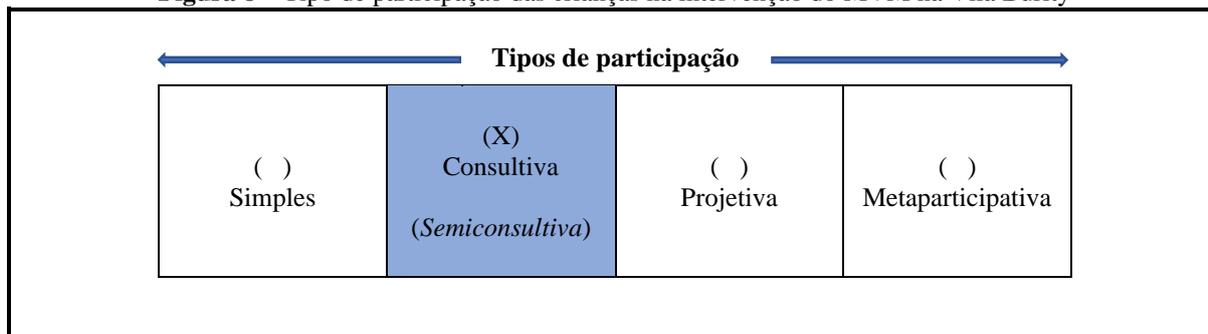
“Não tinha nem como elas participarem, não é?”

TFE6

O TFE6, em específico, chamou bastante atenção, devido a ele conter uma insinuante visão restritiva da infância, carregada de dúvidas e questionamentos a respeito da capacidade e competência de participação dos sujeitos infantis. E as implicações da visão incidem sobre a criação de espaços adequados para as crianças participarem, bem como sobre os tipos de participações que elas de fato exercem — ou podem exercer.

Assim, cabe apontarmos que, com base na análise do conjunto de evidências coletadas, classificamos a participação infantil durante a implementação do MVM na Vila Burity de acordo com a tipologia proposta por Trilla e Novella (2001), localizando-a dentro da participação “consultiva” — ver Figura 8, abaixo.

Note-se, porém, que dentro dos quatro tipos de participação, de Trilla e Novella (2001), existem gradações. No que se refere à participação consultiva, ela pode abranger desde uma participação “genérica” — em que se ouvem as crianças, mas não existe uma obrigação de cumprir suas exigências — até a participação “consultiva vinculante” — em que um compromisso é firmado no sentido de ouvir todas as opiniões expressas e as considerar rigorosamente. Por entendermos que o MVM de fato ofereceu espaços de participação infantil, contudo que eles não foram plenos, consideramos a participação das crianças no MVM na Vila Burity como “semiconsultiva”.

Figura 8 – Tipo de participação das crianças na intervenção do MVM na Vila Burity

Legenda: MVM: Programa Mais Vida nos Morros; e X: Participação observada em campo.

Fonte: Adaptado de Trilla e Novella (2001).

Em outras palavras, a classificação semiconsultiva — exposta na Figura 8, acima — sugere que ainda há que se aperfeiçoar as “ofertas” de participação infantil, muito mais devido aos preconceitos de pensamento e de ação dos adultos que à timidez e à apatia das crianças, por exemplo.

4.3 Consequências da Intervenção do MVM

Para melhor estruturar a apresentação das consequências da intervenção na Vila Burity aqui identificadas, criamos quatro grupos principais, nos quais elas foram classificadas, a saber:

- a) Vitalidade urbana;
- b) Segurança pública;
- c) Limpeza urbana; e
- d) Exercício da cidadania.

■ *Vitalidade urbana*

A vitalidade urbana está ligada à presença de pessoas — independentemente da idade delas — circulando pelas ruas e calçadas da cidade. Neste sentido, os entrevistados afirmaram que determinados pontos da comunidade sempre foram bastante frequentados, inclusive pelas crianças — como o “Campinho do Gogó”, que existe já há muitas décadas e que marcou a infância de muitos meninos e meninas que nasceram e cresceram na comunidade e/ou em seu entorno — ver Fotografias 18 e 19.

Fotografia 18 – Campinho do Gogó, com as crianças brincando ao fundo



Fonte: A autora (2022).

Fotografia 19 – Visitantes tiram fotos das crianças, no Campinho do Gogó



Fonte: A autora (2021).

Apesar de o Campinho do Gogó, por exemplo, ser um ponto tradicional, com “história” própria, muitos sujeitos declararam que o número de pessoas transitando a pé por todas as ruas da comunidade aumentou sobremaneira desde o processo de requalificação e melhoria da infraestrutura local, antes desgastada. Possivelmente, em boa medida, o acréscimo de frequência de pedestres se deve à criação de espaços direcionados às crianças, que passaram a usar e se apropriar deles, em geral acompanhadas dos pais, tios e/ou avós, a depender da idade — como se observou nos TFE2 e TFE3:

“As crianças que o pai e a mãe tinham receio de deixar na rua para brincar, hoje já deixam, porque a gente criou alguns espaços para elas lá, no ambiente recreativo [...]”

TFE2

“Sempre tem os pais por perto, porque às vezes eles não têm o que fazer. [...] finalzinho de tarde mesmo, senta todo mundo num banquinho, e enquanto os adultos conversam, as crianças brincam.”

TFE3

Os dados estatísticos publicados no Diário Oficial da Prefeitura do Recife, em 17 de agosto de 2019 — TRJ, abaixo —, corroboram com essa perspectiva:

“Dados coletados na fase de cadastramento dos moradores e comparados aos de encerramento das atividades apontam que antes 11% das crianças brincavam na rua enquanto, hoje, a área já registra 75% delas usufruindo dos espaços. A frequência de moradores convivendo com seus vizinhos nos espaços públicos também cresceu: antes era de 11%, e agora passou a ser 77%. O sentimento negativo pela comunidade caiu de 59% para apenas 3%.”

Diário Oficial da Prefeitura do Recife, 17/08/19

A “Praça do Dominó”, segundo os entrevistados é muito movimentada, sobretudo entre cinco e dez horas da noite, pois após chegarem da escola ou do trabalho, idosos, adultos e crianças se reúnem lá para jogar dominó, beber, conversar e/ou brincar. Isto se repete todos os dias. Ademais, constantemente o local é utilizado para a realização de eventos, em particular aqueles dirigidos ao público infantil, a exemplo do relatado no TRC5:

“Perto da Praça do Dominó — Ponto 3 —, mais 5 crianças soltavam pipas. Ao redor, outras pessoas estavam conversando. Uma mulher observava sentada em frente ao muro de uma casa. Do lado oposto da rua, outras 2 mulheres observavam e conversavam.

Na Praça do Dominó de fato, tinha cerca de 30 crianças reunidas para a comemoração de um aniversário. Mesas circulares de plástico foram colocadas, assim como um ‘pula-pula’ para as crianças brincarem. Ao lado da festa, nas mesas fixas de cimento, cerca de 10 homens bebiam e conversavam. Havia música tocando, animando a festa. Mulheres observavam os acontecimentos da porta de suas casas.

[...] a comunidade é movimentada, principalmente nos fins de semana. Além dos adultos, há a presença de uma grande quantidade de crianças, realizando atividades variadas, mas se destaca a brincadeira com “papagaios”. Nem sempre é possível encontrá-las nos pontos específicos que se esperava, ainda assim, é notável que estão sempre por perto.”

TRC5

Observe-se, no entanto, que ora afirma-se que tal realidade se aplica a todos os espaços transformados. Isto não parece ser acertado. Há outros fatores relacionados. Na “Nossa Praça”, por exemplo, antes do MVM não havia construção alguma. Tratava-se, na verdade, de um ponto de destino de lixo — ver, outra vez, as Fotografias 10 e 11, na página 56. E, durante as incursões a campo, notamos sua delicada localização — no meio de uma ladeira deveras íngreme —, de forma que quando as pessoas paravam ali, em geral, era somente para descansar das exigências da subida ou da descida.

Também, por exemplo, o “Mirante Cristina Tavares” — que embora tenha sido “requalificado” e, então, ambientado às crianças —, ainda era pouco frequentado e se encontrava subutilizado para tanto. Conforme relatos, ele foi convertido em local de consumo e tráfico de drogas, relegando ao “esquecimento” as brincadeiras de rua ilustradas no seu piso.

■ *Segurança pública*

Em se tratando da segurança, alguns sujeitos indicaram que não costumam se sentir inseguros, especialmente por terem nascido e crescido na comunidade e, portanto, conhecerem boa parcela dos moradores dela. A maioria deles, por outro lado, ressaltou a falta de segurança que sempre existiu na comunidade, onde assaltos eram frequentes. Um deles, a título de exemplo, já teve seu ponto comercial assaltado à mão armada duas vezes.

Em vários locais, a iluminação é precária ou até inexistente. Em alguns destes, tem-se, ainda, a presença de muitos usuários de drogas. Ali, a sensação de insegurança prevalece. Não obstante, enquanto determinados sujeitos acreditavam que o MVM não havia mudado coisa alguma na comunidade, outros afirmaram que a situação vem melhorando gradualmente, em parte pela criação dos espaços de convivência e lazer, e pela conseqüente presença de mais

peças circulando pelas ruas e calçadas, o que pode diminuir os riscos de violência, como expresso no TFE3:

“Aqui é uma via onde tem muito assalto. Inclusive, eu fui assaltada duas vezes aqui [...], mas com mais pessoas transitando na rua, a gente corre menos risco. Não que não corra o risco, mas é bem menor.”

■ *Limpeza urbana*

O MVM também é uma política pública de desenvolvimento sustentável que visa mudar comportamentos. Logo, o programa iniciou ações afetas à conscientização e sensibilização ecológica, contudo, no que tange à Vila Burity, tais ações giraram principalmente em torno do lixo doméstico. Como os sujeitos indicaram, o Movimento estabeleceu pontos específicos para o destino do lixo. Porém, ainda existem moradores que resistem ao engajamento à supramencionada política. Constata-se, então, em alguns casos, um contexto de falta de consciência ecológica — e, também, social.

A maioria dos moradores, em verdade, parece contar com algum aceitável nível de consciência e de boa vontade para colaborar, de maneira que têm zelado pela limpeza urbana, evitando jogar o lixo nas ruas e tentando manter a separação do plástico antes da destinação. Conforme a comunidade, todavia, o programa não coleta mais o lixo plástico na Vila Burity e em seu entorno. Mas, agora, ela própria destina o lixo, através de doações, a catadores que por lá passam recolhendo:

“[...] não pediram mais, nem vieram mais. A gente juntou um montão e nem vieram mais. Aí estamos dando a outras pessoas para venderem.”

TFE8

“[...] eu mesmo continuo juntando aqui quando tem uma festa as garrafas tudinho, mas tem um pessoal que passa de manhã cedo juntando para fazer troca e para vender, né... E aí que eu não vou viver com depósito de coisas. Eu pego para eles.”

TFE6

Sobre consciência em relação à limpeza urbana, as crianças locais, segundo os relatos de participantes entrevistados, demonstraram um maior nível de comprometimento. Algumas delas, ainda hoje, ao se depararem com uma garrafa plástica a ser jogada na rua, “repreendem” os adultos para que àquela se dê destino acertado:

“A maioria das crianças que transitam por aqui, quando pegam uma garrafa: ‘Não! Joga no lixo, não. Isso daqui recicla’. A gente mesmo separa, porque sempre tem aqueles catadores que vêm, aí a gente junta [...].”

TFE3

■ *Exercício da cidadania*

Enquanto uma política pública de cidadania, o MVM se propõe a estimular o protagonismo do cidadão, adulto ou criança, que deve reivindicar a participação na transformação da cidade. Imbuído disto, buscamos analisar se o exercício de uma cidadania ativa ocorre na vida cotidiana da comunidade. Constatamos, a partir dos relatos dos entrevistados, que muitos moradores até tentam reivindicar seus direitos junto aos órgãos públicos, contudo, a rigor, não são atendidos, o que faz com que eles desistam. Os TFE1 e TFE2 ilustram bem a situação:

“[...] tem muitas pessoas que acham que é besteira, perda de tempo, e realmente, eu até acho que é verdade, porque se você for na EMLURB e pedir uma solicitação para fazer uma capinagem em determinado local, só Deus sabe quando vai acontecer isso. Procurar seu direito ou um tipo de serviço demora muito. E quando demora nem rola, então muitos desistem, vivem sua vida e acabou-se.”

TFE1

“Lá na comunidade, os únicos que eu vejo que procuram alguma coisa somos eu e o meu amigo. A gente que solicita limpeza do canal, restauração de algum espaço, e, na maioria das vezes, a gente não é atendido. Mas a comunidade mesmo, ela não procura, não. É muito raro alguém parar a gente e perguntar: ‘ó, vocês têm como ver algum meio de conseguir uma lâmpada para esse poste aqui?’. Eu não vejo a galera interessada nisso, não.”

TFE2

Em relação ao exercício da cidadania das crianças, constatamos que, se existiu, perdeu-se ao longo do tempo, seja porque faltou incentivo e exemplo, seja porque as crianças realmente não se interessaram por tanto.

Como se pontuou nos TFE 2 e 9, as crianças carecem de incentivos e de exemplos. E, se os adultos não reivindicaram seus direitos com intensidade e maturidade, como os infantes poderiam aprender a fazê-lo? — brota, de imediato, o questionamento.

“Eu acho que, como o adulto não procura e não entende, não reivindica os direitos dele, acaba que a criança cresce sem saber como fazer também para conseguir seus direitos, né?”

TFE2

“Eu acho [que] as crianças só têm interesse e só falam se virem um adulto se interessando e falando, por isso não vejo nenhuma criança se interessando [por seus direitos], não.”

TFE9

Adicionalmente, alguns entrevistados destacaram a simples falta de interesse das crianças como fator decisivo para o pouco sucesso do exercício da cidadania delas, pautados na ideia de que elas “não ligam para isso”, como expressado no TFE6:

“As crianças não cobram direitos. As crianças querem é se divertir, querem um espaço para brincar; e nós, pais, avós, tios, é que corremos atrás desses direitos delas [...]”.

TFE6

Em síntese, constatou-se que a criação de áreas de lazer e convivência gerou um aumento na quantidade de pessoas transitando pelas ruas, dando vitalidade a diversos pontos da comunidade, o que, com efeito, aumentou a sensação de segurança de parcela da população. Por outro lado, as ações de conscientização se restringiram à limpeza urbana e os estímulos ao exercício da cidadania apresentaram resultados pouco robustos, que aparentemente ficaram aquém do almejado pelos coordenadores do MVM.

4.4 Oportunidades de Aperfeiçoamentos no MVM

Durante a realização das entrevistas, foi concedida aos participantes a possibilidade de eles exporem seus pontos de vista a respeito do programa, o que incluiu, naturalmente, potencialidades e fragilidades.

Observe-se, então, que vários dos achados positivos identificados já foram expostos ao longo dos tópicos 4.1, 4.2 e 4.3. Assim, a partir de agora, indicaremos algumas das fragilidades do Movimento passíveis de receberem aperfeiçoamentos.

A principal característica negativa do programa, indicada por todos os entrevistados, centra-se na necessidade de manutenção das intervenções aplicadas.

Segundo a metodologia do MVM, a responsabilidade de monitorar as áreas requalificadas e garantir sua conservação é principalmente da comunidade. No entanto, quando mobiliários e equipamentos urbanos são danificados ou pinturas se desgastam, exigindo renovação, deve-se recorrer à equipe coordenadora do programa. Mas, na prática, constatou-se que isto não tem acontecido — pelo menos não com a frequência que deveria —, porventura devido à “escassez” de recursos financeiros. De fato:

“[...] apesar de as pinturas terem melhorado sobremaneira as paisagens da comunidade, dando-lhe realmente mais vida estética, é notório o desgaste — por obra do tempo, sobretudo — em boa

parte delas, o que evidencia a necessidade de ações de manutenção regulares e a presença mais constante de apoio do programa MVM na comunidade.”

TRCI

À luz da falta de manutenção, alguns entrevistados chegaram a questionar a validade da expansão do MVM, que tem atendido a cada vez mais comunidades do município de Recife, como representado no TFE1:

“Primeiro tem que melhorar [...]. Eles só querem expandir, expandir e expandir... Muito bom, mas e a questão de manter, manter e manter?”

TFE1

Ademais, indicou-se como contundente fragilidade o curto prazo das intervenções promovidas pelo MVM, que duraram menos de quatro meses, tempo considerado insuficiente para fazer emergir uma duradoura conscientização sobre a relevância de se valorizar, material e imaterialmente, as comunidades locais, de levá-las a se sentirem partes dali e responsáveis por ali.

Em verdade, segundo entrevistados, meses após o encerramento da intervenção na Vila Burity e em seu entorno, o que foi trabalhado pelo programa “se perdeu” progressivamente, algo que aflorou mais uma contundente fragilidade, muito atrelada à anterior: a falta de continuidade, visto que não basta dedicar uns poucos meses à realização de intervenções nas comunidades e, depois, apenas “abandoná-las” — assim, a essência do Movimento se esvai.

Com base nas fragilidades, foram delineadas algumas sugestões de aperfeiçoamentos para o MVM. Ele poderia, a título de exemplo, buscar fortalecer as associações comunitárias de bairros e estabelecer parcerias com elas, com a finalidade de o programa permanecer presente nas localidades atendidas, realizando um trabalho contínuo por meio de atividades bem dirigidas à população, como campanhas de conscientização sobre temas relevantes para elas, definidos por elas próprias.

Outra sugestão é se firmar parcerias com instituições escolares e religiosas locais para executar ações mais bem direcionadas às comunidades — mas, com destaque às crianças —, que permitissem seus engajamentos e estimulassem suas participações de modo eficaz, criando espaços apropriados para isto.

Ademais, os “líderes” intervencionistas das comunidades “pioneiras” poderiam ser convidados a colaborar com a realização de novas intervenções em outras comunidades iniciantes na metodologia do MVM, o que possivelmente produziria uma elevação da autoestima dos primeiros implantadores, produzindo, em simultaneidade, dois efeitos: um

sentimento de que o que ocorreu em sua própria comunidade foi bom e merece ser mantido; e de que um grupo de cidadãos — independentes do poder público — sozinho é capaz de multiplicar as intervenções e liderar o estabelecimento de uma política multicêntrica, de maneira que o protagonismo dela não se limite a atores estatais (SECCHI, 2014).

Outrossim, o Movimento poderia apoiar os projetos de iniciativa popular que contêm potencial para oferecer benefício à considerável parcela da comunidade, a exemplo do @VisitMacaxeira — uma iniciativa de moradores locais, que tinha por objetivo demonstrar que também existe arte, cultura e beleza em morros e periferias, e, em decorrência, estimular o turismo de base comunitária e o empreendedorismo social.

Por termo, a SEIURB poderia se valer de seu vínculo com a PCR e com os seus demais órgãos e secretarias municipais para estabelecer soluções assertivas para os problemas graves e urgentes que afetam as populações moradoras de áreas de vulnerabilidade econômica e social há décadas, fomentando uma elevação real dos padrões de qualidade de vida.

5 DISCUSSÃO

O MVM, pautado em princípios de urbanismo tático, suscita transformar os espaços públicos das comunidades em contexto de vulnerabilidade econômica e social a partir do protagonismo de seus moradores. De fato, quando houve a intervenção do programa na Vila Burity — no bairro da Macaxeira, em Recife, em 2019 —, foram realizadas ações rápidas e de baixo custo, que contaram com a participação inicial de cerca de 170 famílias, representando o maior nível de engajamento — comparado ao de outros bairros recifenses envolvidos pelo Movimento — até então.

De acordo com Courage (2013), a associação entre o planejamento do tipo *top-down* e as ações *bottom-up* representa o melhor caminho para se alcançar transformações de alto impacto, abrangentes e duradouras. Em consonância com esta perspectiva, Lydon e Garcia (2015) indicam que mobilizar a participação dos cidadãos é essencial, pois é o que assegura o equilíbrio entre os interesses do poder público e da comunidade, bem como, ora, a reapropriação dos espaços subutilizados.

Sendo as reivindicações populares ouvidas e atendidas, o exercício do direito à reconstrução dos espaços públicos e à configuração da vida urbana — ou seja, o direito à cidade, nos termos propostos por Harvey (2012) — supostamente se verifica. A ideia é que os moradores — que, por certo, conhecem o lugar onde vivem — possam apontar as demandas e as necessidades locais mais urgentes, consolidando os seus sentidos de pertencimento e de responsabilidade. Destaca-se, aqui, que, às suas maneiras, Jacobs (2011) e Brenner (2015), alinham-se a tal crença.

Contudo, a destruição da horta e da composteira instaladas pelo MVM, por exemplo, evidenciou que nem todas as intervenções apresentaram resultados exitosos. Mas, por ações semelhantes a estas duas, parece ser imprescindível que a comunidade, mais bem orientada, sinta-se responsável. E, assim, dê-lhes continuidade, com apropriadas manutenção e guarda. Ademais, as intervenções tidas como permanentes, e que atraem mais atenção, em geral se restringem às “paisagens” da Vila Burity, que reconhecidamente ganharam mais cores e mais apelo estético à comunidade. Contudo, o desgaste físico causado pelo fluir do tempo é evidente, e esperável.

A rigor, estas ocorrências contraproducentes nos permitiram presumir que não houve uma completa identificação comunitária com todos os pontos requalificados, diferentemente do que ocorreu em outras intervenções táticas, como o Impacto das Cores, no Morro da Providência (RJ). Observe-se que, no caso mencionado, de acordo com Silva (2021), houve

identificação da comunidade e a população deu início às intervenções sozinha, buscando apoio político apenas em momento posterior. O MVM, por outro lado, no âmbito, enquanto uma iniciativa da PCR, apresenta um caráter mais *top-down*, sendo imposto de cima para baixo. Dessa forma, supõe-se que as pessoas não chegaram a reivindicar seus direitos, sobretudo à cidade; em verdade, este lhes foi concedido pelo poder público. Talvez por isso a comunidade não tenha realmente se apropriado do processo e incorporado o papel de protagonista.

Além disso, é importante considerar as características históricas e socioeconômicas da Vila Burity, cuja população é composta, em sua maioria, por pessoas autodeclaradas pardas/negras e em situação de vulnerabilidade financeira, que não tiveram acesso adequado à educação, saúde e infraestrutura básica. Cabe ressaltar, ainda, que, por muitas décadas, tal população esteve sob o jugo do Coronel Othon e de sua família, que exercia um controle paternal sobre os operários, de modo que até a manutenção das casas e do espaço urbano da vila era realizada semestralmente pela fábrica.

Por conseguinte, segundo Santos (2017), com a transferência da propriedade das residências para seus habitantes e o fim das ações assistencialistas, a princípio, os operários, apesar do sentimento de abandono, continuaram a esperar pela fábrica para realizar o reparo e a pintura das casas de que agora eram os donos; porém, em seguida, houve uma quebra progressiva do padrão estético e da configuração arquitetônica original da vila, levando à sua descaracterização.

Com base na metodologia do programa, é possível supor que a ideia dos formuladores do MVM era que a comunidade assumisse a responsabilidade pela continuidade e manutenção do programa, transformando-o numa política pública multicêntrica, com participação e protagonismo da população mais do que do poder público, contudo essa condição parece, ainda, distante da realidade. Isto porque uma mudança de tão grande porte depende, acima de tudo, da educação. Logo, é um processo lento, que não pode se dar a contento de um dia para o outro.

Ressalta-se, ora, que comunidades semelhantes à do bairro da Macaxeira são muito carentes e, a despeito da valorosa intenção, o MVM não consegue mitigar os problemas estruturais graves delas, que afligem os moradores locais há décadas — como a combinação de arriscadas ocupações de áreas de encostas e precários sistemas de drenagens de águas pluviais. Não obstante, a iniciativa é muito louvável e representa um passo importante, haja vista indicar uma tentativa dos órgãos públicos do Recife de melhorar a qualidade de vida das populações mais vulneráveis — especialmente das crianças —, como uma estratégia para reduzir a desigualdade e a violência urbana.

Em se tratando dos infantes, especificamente, verificou-se que ainda predomina uma visão deles em função dos cidadãos que virão a ser — no futuro, quando forem adultos —, algo que deve ser abordado com cautela. É primordial se admitir que as crianças são cidadãs plenas agora — neste exato momento —, como já eram mesmo antes, e, por conseguinte, têm direitos e deveres estabelecidos pela CDC (1989), os quais devem ser indubitavelmente cumpridos, como os de proteção, provisão e participação.

Pinto e Puga (2019) afirmam, por exemplo, que os avanços no tocante aos direitos das crianças — sobretudo os de participação — têm sido lentos. Entretanto, surgem cada vez mais iniciativas, como o MVM, que procuram mudar a realidade adversa incluindo — ou, pelo menos, tentando incluir — os infantes nos processos de tomada de decisão, de forma que eles participem ativamente. Por certo, inspirados pelos achados de campo, constatamos que o programa cria sim um contexto de participação para as crianças. Mas ele é temporário — e o tempo é curto —, uma vez que a forma como a comunidade concebe e enxerga as crianças não foi transformada. Ela não consegue vê-las como cidadãs nem reconhecer suas capacidades e competências para a participação, que, segundo Trilla e Novella (2001), são condições imprescindíveis para o exercício do direito em questão.

Não conquistando um reconhecimento da sociedade de sua condição de cidadã, as crianças também não reconhecem a si mesmas como tal, corroborando com o que afirmam Trilla e Novella (2001). Ante o cenário adverso a elas, podemos supor que, apesar de boa parcela dos espaços da comunidade ter a “cara das crianças”, sendo claramente direcionados para elas, pouco tempo após as intervenções elas são de novo relegadas ao status de invisibilidade a que Qvortrup (2010b) e Brostolin (2021) chamam atenção. Neste caso, as crianças, de novo, não tiveram a oportunidade de opinar em assuntos de seu interesse no âmbito comunitário.

O MVM, embora idealize uma participação infantil que seja do tipo que Trilla e Novella (2001) chamam de projetiva, oferece, na prática, aquilo a que nós julgamos apropriado chamar de “semiconsultiva”, dado que está dentro do espectro da participação consultiva, no entanto parece distante da participação consultiva vinculante, a situação mais desejável. Evidencia-se, ante o exposto, a relevância de se desenvolver um trabalho de conscientização contínuo, especialmente acerca dos direitos das crianças, estimulando uma cultura dirigida à participação social, mas não somente dos adultos. É vital reforçar o direito e a capacidade dos infantes de participar, considerando, é óbvio, suas idades, experiências e níveis de maturidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ *Síntese dos principais resultados*

A presente dissertação buscou analisar, em seu objetivo geral, como o Mais Vida nos Morros, implementado na comunidade da Vila Burity, no bairro da Macaxeira, na Zona Norte do Recife (PE), transformou a relação das crianças com o espaço público urbano em que estão inseridas. Por resultado, observou-se que o programa realizou várias intervenções pautadas nos princípios do urbanismo tático, criando pontos de lazer, recreação e convivência direcionados principalmente a elas — como exemplos, o Campinho do Gogó, a Nossa Praça, a Praça do Dominó, o Mirante Cristina Tavares e o Mirante Pôr do Sol —, inclusive em áreas antes subutilizadas. Como consequência, as crianças se reapropriaram destes espaços públicos — agora mais atrativos e um pouco menos inseguros — acompanhadas dos pais e/ou de outros familiares, atribuindo mais vida às ruas e calçadas.

Além disso, a realização de ações norteadas à conscientização ecológica, em certa medida, estimulou o sentimento de zelo e cuidado amplo pela Vila Burity, engajando seus moradores, por exemplo, com a limpeza daqueles espaços urbanos, ao menos a princípio. Infelizmente, no que se refere à participação, os espaços criados foram temporários. Isto porque a sociedade, em sua maioria, ainda não consegue enxergar as crianças como cidadãs plenas e competentes à participação, de modo que, após as intervenções, elas voltaram ao status de invisibilidade, não tendo a oportunidade de participar das decisões comunitárias relativas à vida urbana e de exercer seus direitos — em especial, o direito à cidade.

Constatou-se, portanto, que as intervenções realizadas pelo MVM na Vila Burity são, ainda, iniciativas experimentais e tímidas de melhorias das qualidades de vida dos moradores daquelas comunidades em contexto de vulnerabilidade socioeconômica e não raro negligenciadas. Embora as intervenções tenham sido ambiciosas, elas parecem lograr resultados bastante aquém dos prometidos — e almejados — pelo poder público. É importante ressaltar, porém, que isto não significa que as iniciativas do MVM tenham sido um completo desperdício de esforços. Pelo contrário, implica dizer que elas deveriam ser regularizadas e reforçadas, numa rotina de trabalho contínuo. Para tanto, sugerem-se, a título de exemplos, que sejam firmadas parcerias com as associações de bairro comunitárias e/ou com instituições escolares e religiosas, a fim de dar prosseguimento às primeiras ações realizadas; e que sejam feitas avaliações críticas derivadas do *know-how* da comunidade, reunindo os participantes pioneiros, avaliando os resultados e reiniciando os ciclos de intervenções.

■ *Contribuições teóricas e gerenciais*

Desde o referencial teórico até a discussão dos resultados, acreditamos que esta pesquisa contribuiu com os estudos nas áreas da sociologia da infância, de políticas públicas e de planejamento urbano, explorando como políticas, programas e projetos públicos direcionados à primeira infância podem provocar transformações na relação de crianças com espaços públicos que, em regra, são hostis a elas.

No que tange às implicações gerenciais, assente nas potencialidades do MVM, mas sobretudo em suas fragilidades, foram tecidas diversas possibilidades de melhorias e sugestões de ações, as quais poderão servir de subsídios ao aprimoramento tanto desta quanto de outras políticas públicas semelhantes. Ademais, demonstrou-se a necessidade de estabelecer e/ou fortalecer vínculos com outras instituições, sejam elas públicas, privadas ou da sociedade civil, a fim de dar continuidade ao trabalho realizado pelo MVM.

■ *Limitações e recomendações para pesquisas futuras*

Como limitações da pesquisa, convém destacar, em primeiro lugar, o contexto pandêmico. Desde março de 2020, o governo pernambucano decretou estado de emergência e calamidade pública, e exigiu a adoção de medidas sanitárias restritivas — isolamentos físico e social. Isto dificultou sobremaneira as nossas incursões a campo, que tiveram de ser adiadas por valiosos meses.

As intensas chuvas em Pernambuco — com destaque ao litoral, à zona da mata e ao agreste do estado — também dificultaram bastante o acesso à localidade de pesquisa. Os alagamentos e os riscos de deslizamentos de encostas estiveram presentes lá, desde o final de 2021. De fato, as condições de clima e tempo se tornaram um desafio constante à consecução dos trabalhos de campo. Devemos lembrar que se pesquisou uma área de morros, difícil de transitar a pé, pois exigia subidas e descidas de ladeiras e escadarias íngremes e escorregadias, onde faltavam equipamentos infraestruturais básicos, como corrimãos.

Note-se que, possivelmente, estes fatores ampliaram o afastamento das pessoas dos espaços públicos. Logo, em outros momentos do ano, mais favoráveis, talvez os cinco pontos de observação selecionados, da Vila Burity, do bairro da Macaxeira — o Campinho do Gogó, a Nossa Praça, a Praça do Dominó, o Mirante Cristina Tavares e o Mirante Pôr do Sol — fossem mais utilizados do que são ainda agora, no mês de agosto de 2022. Ademais, foi relativamente

difícil conseguir atenção de pessoas da comunidade dispostas a concederem entrevistas, havendo sempre razoável desconfiança à pesquisadora “estrangeira”.

Em adição, trata-se de um bairro tido por perigoso, que transmite uma nítida sensação de insegurança, em especial para “gente de fora”, o que se constatou inclusive pelas recomendações de moradores. “Tome cuidado ao circular pelo morro” foi repetido de maneiras diversas por eles.

Quanto às sugestões para pesquisas futuras, note-se, de início, que, desde 2019, quando se deu o processo de intervenção do MVM na Vila Burity, a comunidade local tem sido considerada um caso bem-sucedido de sua aplicação do programa, principalmente pelo nível de engajamento dos moradores de lá. Contudo, para além das potencialidades, os resultados obtidos por nós revelaram muitas fragilidades. Daí, de imediato, surgem questionamentos a respeito da situação atual das demais comunidades, nas quais o Movimento foi considerado menos exitoso que na Vila Burity. Aparece, assim, a sugestão a que se desperte à oportunidade do desenvolvimento de novos estudos onde o engajamento ao programa não foi tão forte, tendo em vista se realizar uma avaliação holística desta política pública, para identificar fatores influenciadores de sucessos e/ou de fragilidades.

REFERÊNCIAS

- AARTS, B.; BAUER, M. **A construção do corpus**: um princípio para a coleta de dados qualitativos. Editora Vozes, 2017.
- AMANAJÁS, R.; KLUG, L. B. **Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana**. 2018.
- ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 16, n. 2, p. 133-142, 2012.
- ARAÚJO, K. F.; LIMA, A. P. C.; ROMANO, F. V.; DONOSO, V. G. Ressignificação de espaços públicos na periferia: o processo de intervenção urbana colaborativa no Bairro do Tenoné, em Belém, Pará. **Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v. 2, n. 12, 2021.
- ARCH DAILY. **Uma nova história para os morros do Recife: comunidade Lagoa Encantada**. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/948454/uma-nova-historia-para-os-morros-do-recife-comunidade-lagoa-encantada>.
- ATLAS do **Desenvolvimento Humano no Recife**. [*sine loco*], 2008.
- BARATA, A. F.; FONTES, A. S. Urbanismo tático: experiências temporárias na ativação urbana. **3º Seminário Nacional Habitar**, p. 1-15, 2016.
- BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. [*sine loco*]: Editora Cultrix, 2012.
- BATTAUS, D. M.; OLIVEIRA, E. A. B. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 81-106, 2016.
- BORJA, J.; MUXÍ, Z. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm.
- BRENNER, N. Is tactical urbanism an alternative to neoliberal urbanism. **Critique of urbanization: selected essays**. Berlin: Bauverlag, p. 112-121, 2015.
- BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, 2005.
- BROSTOLIN, M. R. Cidadania infantil: questões contemporâneas e implicações para a participação da criança. **EccoS–Revista Científica**, n. 56, p. 13186, 2021.
- BURGOS, R. Direito à cidade: utopia possível a partir do uso e apropriação dos espaços públicos urbanos. **Colóquio Internacional de Geocrítica. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro**, v. 14, 2016.

CAFRUNE, M. E. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 185-206, 2016.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2008.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 349-369, 2020.

CASAGRANDE, M. From urban acupuncture to the third generation city. In: **Nature Driven Urbanism**. Springer, Cham, p. 131-153, 2020.

CORDEIRO, A. T.; MELLO, S. C. B.; BASTOS, A. F. da S. Aqui é a nossa praia! Apropriação e uso da avenida paulista no contexto de políticas de desenvolvimento urbano. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

COURAGE, C. The global phenomenon of tactical urbanism as an indicator of new forms of citizenship. **Engage in the Visual Arts**, v. 32, n. 1, p. 88-97, 2013.

DANTAS, S. C. O direito à cidade, de Lefebvre, e uma reflexão sobre a violência urbana. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 19, n. 1, p. 97-102, 2011.

DE MEULDER, B.; LOECKX, A.; SHANNON, K. A project of projects. **Urban Trialogues. Visions, projects, coproductions: Localizing Agenda**, v. 21, p. 187-197, 2004.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

DIAS, M. S.; ESTEVES JÚNIOR, M. Public space and the playing aspect as strategies of human urban planning in Copenhagen, Barcelona, Medellin and Curitiba. **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 39, p. 635-663, 2017.

DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 17, n. 3, p. 118-133, 2015.

DORNELLES, L. V.; FERNANDES, N. Estudos da criança e pesquisa com crianças: nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 65-78, 2015.

DP – Diário de Pernambuco. **Morro da Conceição é o sexto bairro transformado pelo Mais Vida nos Morros**. 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/05/morro-da-conceicao-e-o-sexto-bairro-transformado-pelo-mais-vida-nos-mo.html>.

DP – Diário de Pernambuco. **No Recife, um terço da população vive em áreas de morro**. 2019. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/07/no-recife-1-3-da-populacao-vive-em-areas-de-morro.html>.

DUANY, A. 2015. Foreword. In: LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical urbanism: short-term action for long-term change**. 1. ed. New York: Island Press, 2015.

ETE MIGUEL BATISTA. **História da Fábrica da Macaxeira**. 2014. Disponível em: https://etemiguelbatista.blogspot.com/2014/06/historia-da-fabrica-da-macaxeira_1882.html. Acesso em: 15 jul. 2022.

FABER, M. **A importância dos rios para as primeiras civilizações**. História Ilustrada, v. 2, 2013.

FARIAS, J. F. C.; VERARDI, C. A. **Macaxeira (Bairro, Recife)**. In: Pesquisa Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2016. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/macaxeira-bairro-recife/>. Acesso em: 5 jul. 2022.

FERNANDES, N.; MARCHI, R. de C. A participação das crianças nas pesquisas: nuances a partir da etnografia e na investigação participativa. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. 1-16, 2020.

FERNANDES, N.; SOUZA, L. F. Da afonia à voz das crianças nas pesquisas: uma compreensão crítica do conceito de voz. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, v. 5, n. 15, p. 970-986, 2020.

FIORAVANTI, L. M. Reflexões sobre o “direito à cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 2, n. 2, p. 173-184, 2013.

FONTES, A. S. Tactical urbanism for a gradual requalification of the metropolitan public space: the case of park(ing) day Rio de Janeiro. **Arquiteturarevista**, v. 14, n. 1, 91-104, 2018.

FONTES, A. S. *et al.* Táticas cidadãs para ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro. **arq. urb**, n. 23, p. 135-156, 2018.

FOSTER, N. Rethinking the right to the city: DIY urbanism and postcapitalist possibilities. **Rethinking Marxism**, v. 32, n. 3, p. 310-329, 2020.

GADANHO, P. Crescimento desigual: urbanismo tático para megacidades em expansão. **Revista Plot**, n. 48, p. 171-173, 2016.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOBBI, M. A. Cidades para e das crianças: uma conversa no taller abierto em Pontevedra, Espanha. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 40, p. 612-628, 2020.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, J. D.; GOMES, L. D.; MELLO, M. M. C. O urbanismo tático e o direito à cidade. **Revista Políticas Públicas & Cidades-2359-1552**, v. 8, n. 4, 2019.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences**. 2005.

HART, R. A. **Children's participation**: From tokenism to citizenship. 1992.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 13, n. 2, p. 09-18, 2009.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, DPE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=759>.

ICS – Instituto Cidades Sustentáveis; FBvL – Fundação Bernard van Leer. **Retrospectiva Rede Urban95 Brasil 2021**. 2022. Disponível em: urban95_retro2021.pdf (bernardvanleer.org). Acesso em: 2 jul. 2022.

JACOBI, P. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 2, p. 22-26, 1986.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1961].

JC – Jornal do Commercio. **Mais Vida nos Morros, criado no Recife, recebe aval da ONU-Habitat**. 2019. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/05/07/mais-vida-nos-morros-criado-no-recife-recebe-aval-da-onu-habitat-378061>.

LACERDA, C. C. O.; MELLO, S. C. B. O direito à cidade e a produção do espaço entre discursos: a luta pela significação na “recuperação” de ambientes urbanos. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, p. 543-558, 2017.

LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M.; DINIZ, F. Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial. **EURE (Santiago)**, v. 26, n. 79, 2000.

LEÃO, A. L. M. S.; VIEIRA, R. S. G.; GAIÃO, B. F. D. S.; SOUZA, I. L. O que podemos aprender com o estudo de casos em administração? Um ensaio baseado na abordagem naturalista de Robert Stake. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, p. 45-59, 2012.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].

LERNER, J. **Acupuntura urbana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016 [2003].

LEWIS, A. Silence in the context of ‘child voice’. **Children & Society**, v. 24, n. 1, p. 14-23, 2010.

LOEB, R. M. **Territórios vulneráveis, arquitetura e urbanismo: estratégias contemporâneas de ação**. 2019.

LYDON, M.; GARCIA, A. A tactical urbanism how-to. In: **Tactical urbanism**. Washington: Island Press, 2015, p. 171-208.

MACÊDO, A. F. de; ALMEIDA, A. M. de. O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe. In: **Congresso Internacional Espaços Públicos**, 1., 2015, Porto Alegre.

MALAGUZZI, L. História, ideias e filosofia básica. *In*: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens a criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MALHO, M. J. A criança e a cidade: independência de mobilidade e representações sobre o espaço urbano. *In*: **Congresso Português de Sociologia**, p. 49-56, 2004.

MARIETTO, M. L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 5-18, 2018.

MATIAS, K. N. C. “Introdução à modernidade”: notas sobre os conceitos de modernidade e modernismo em Henri Lefebvre. **Revista de História da UEG**, v. 7, n. 2, p. 241-249, 2018.

MAZOYER, M. **Histórias das agriculturas no mundo**. Do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MELLO, S. C. B.; BASTOS, A. F. S.; LACERDA, C. C. O. Lutas urbanas no Cais Mauá e na Avenida Paulista: metodologia qualitativa para compreensão de transformações no espaço público das cidades. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 9, n. 1, p. 106-125, 2020.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**: revised and expanded from case study research in education. 2.ed. San Francisco: Jossey-Bass Education Series and The Josey-Bass Higher Education Series, 1998.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. **Qualitative research: A guide to design and implementation**. John Wiley & Sons, 2015.

MONTEIRO, L. B. F. **Urbanismo tático e o planejamento urbano**: ações e reações no contexto da cidade contemporânea. 2019.

MVM – Mais Vida nos Morros. **Reinvenção urbana passo a passo**. 1. ed. São Paulo: Cross Content: Secretaria Executiva de Inovação Urbana, 2020.

NASSAR, U. A. Urban acupuncture in large cities: filtering framework to select sensitive urban spots in riyadh for effective urban renewal. **Journal of Contemporary Urban Affairs**, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2021.

NÓBREGA, P. R. C. Leituras sobre o cotidiano, a cotidianidade e a centralidade do estudo da vida cotidiana na reprodução do urbano. **Revista Rural & Urbano**, v. 2, n. 2, p. 26-46, 2017.

NOGUEIRA, P. C. E. Urbanismo tático e intervenções urbanas: aderências e deslizamentos. **Arcos Design**, v. 10, n. 1, p. 89-101, 2017.

NOGUEIRA, P. C. E.; PORTINARI, D. B. Urbanismo tático e a cidade neoliberal. **Arcos Design**, v. 9, n. 2, p. 177-188, 2016.

OLIVEIRA, F. Reflexões a respeito de uma experiência de participação infantil no Brasil envolvendo os espaços urbanos e a perspectiva das crianças. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 30, n. 1, p. 157-179, 2017.

ONU-HABITAT – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. **World Cities Report 2020: the value of sustainable urbanization**. 2020. Disponível em:

https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/11/world_cities_report_2020_abridged_version.pdf.

PAIVA Jr. F. G.; LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

PARK, R. E. **On social control and collective behavior: Selected papers**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife. **João Campos acompanha ação do Mais Vida nos Morros em Rosa Selvagem**. 2021. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/14/02/2021/joao-campos-acompanha-acao-do-mais-vida-nos-morros-em-rosa-selvagem>.

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife. **Mais Vida nos Morros e ONU-Habitat firmam parceria no combate à covid-19 nas comunidades do Recife**. 2020. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/06/05/2020/mais-vida-nos-morros-e-onu-habitat-firmam-parceria-no-combate-covid-19-nas>.

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife. **Morro da Conceição será beneficiado pelo Mais Vida nos Morros**. 2017. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/27/10/2017/morro-da-conceicao-sera-beneficiado-pelo-mais-vida-nos-morros>.

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife. **Prefeito Geraldo Julio comemora três anos do Mais Vida nos Morros com anúncio da ampliação do programa**. 2019. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/node/289203>.

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife. **Prefeito lança programa de convivência Mais Vida nos Morros**. 2016. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/15/04/2016/prefeito-lanca-programa-de-convivencia-mais-vida-nos-morros>.

PINHO, F. A. S. “UM GRITO NA RUA”: Jane Jacobs e a vida das grandes cidades. **Revista Políticas Públicas & Cidades-2359-1552**, v. 4, n. 2, p. 92-106, 2016.

PINTO, F. C. de S.; PUGA, B. A. Infraestrutura e o direito à cidade: crianças em cidades de pedra. **Revista de Direito da Cidade**, v. 11, n. 4, p. 114-134, 2019.

PNUD – Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2010**. 2010. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010/>.

QVORTRUP, J. A infância enquanto categorial estrutural. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, p. 631-644, 2010a.

QVORTRUP, J. Infância e política. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 777-792, 2010b.

QVORTRUP, J. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, v. 22, p. 199-211, 2011.

RAMIRO, P. P.; AGUIAR, V. M.; MARIA, Y. R. Espacialidade infantil: análise das práticas espaciais e dos vínculos entre as crianças na Praça 7 de Setembro em Cruzília-MG. In: **Colloquium Socialis**, p. 7-24, 2021.

REDDY, N.; RATNA, K. A journey in children's participation. **Bangalore: The Concerned for Working Children**, 2002.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

ROMANELLI, C.; ABIKO, A. K. **Processo de Metropolização no Brasil**. Texto Técnico da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil (TT/PCC/028). São Paulo, Escola Politécnica, 2011.

ROMER, P. Preface. In: LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical urbanism: short-term action for long-term change**. 1. ed. New York: Island Press, 2015.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SANTOS, E. M. L. **A Fábrica de tecidos da Macaxeira e a vila dos operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)**. 2017.

SANTOS, J. M. L.; MELLO, S. C. B. Hegemonia do planejamento urbano estratégico e o discurso contra-hegemônico do direito à cidade. **Administração Pública e Gestão Social**, 2020.

SARMENTO, M. J. Infância e cidade: restrições e possibilidades. **Educação**, v. 41, n. 2, p. 232-240, 2018.

SARMENTO, M. J. Uma agenda crítica para os estudos da criança. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 31-49, 2015.

SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. A. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade e Cultura**, n. 25, p. 183-206, 2007.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

SHIER, H. Pathways to participation: Openings, opportunities and obligations. **Children & Society**, v. 15, n. 2, p. 107-117, 2001.

SILVA, D. A. S. Reflexões sobre o caráter tático das artes urbanas: o projeto "Impacto das Cores". **Escola em Transe: EAU - UFF**, p. 65-70, 2021.

SILVA, P. Tactical urbanism: towards an evolutionary cities' approach? **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 43, n. 6, p. 1040-1051, 2016.

SPYROU, S. The limits of children's voices: from authenticity to critical, reflexive representation. **Childhood**, v. 18, n. 2, p. 151-165, 2011.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Sage, 1995.

STAVRIDES, S.; FERGUSON, F. **Make-Shift City: Renegotiating the Urban Commons**. 2014.

TALLEN, E. Do-it-yourself urbanism: a history. **Journal of Planning History**, v. 14, n. 2, p. 135-148, 2015.

TAVOLARI, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, p. 93-109, 2016.

TOMÁS, C. A; FERNANDES, N. **A participação infantil**: discussões teóricas e metodológicas. 2011.

TONUCCI, F. **A cidade das crianças: Por que precisamos de crianças para salvar cidades?** 2006.

TONUCCI, F. O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 40, p. 234-257, 2020.

TREVISAN, G. P. “**Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós**”. Infância e cenários de participação pública: uma análise sociológica dos modos de codecisão das crianças na escola e na cidade. 2014.

TRILLA, J.; NOVELLA, A. Educación y participación social de la infancia. **Revista Iberoamericana de educación**, p. 137-164, 2001.

UNICEF – United Nations Children’s Fund. **Building child friendly cities: a framework for action**. Florence: UNICEF Innocenti Research Centre, 2004.

UNICEF – United Nations Children’s Fund. **Convenção sobre os direitos da criança**. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.

VALENÇA, V. L. C. As crianças e a cidade: pontos de vista e práticas sociais/culturais. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 3, p. 792-810, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZAZYKI, M. A.; MARIN, S.; MOURA, G. L. Impactos da urbanização brasileira e o direito de propriedade. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 17, n. 3, p. 34-55, 2020.

ZEIHER, H. Shaping daily life in urban environments. In: CHRISTENSEN; O’BRIEN (Ed.). **Children in the city: home, neighborhood and community**. London: Routledge Falmer, p. 66-68, 2003.

APÊNDICE A – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÕES EM CAMPO

IDENTIFICAÇÃO GERAL

1 Nome do observador

Poliana Nunes de Santana

2 Objetivo da observação

- Observar como as crianças da comunidade interagem com o espaço público.
- Tomar notas das situações relevantes ao alcance dos objetivos, relatando percepções sobre o ambiente físico e impressões sobre como as crianças se comportam nele.

CONDIÇÕES EM QUE A OBSERVAÇÃO OCORRE

3 Data da observação

4 Horário da observação

5 Descrição do(s) sujeito(s) observado(s)

- Idade
- Gênero
- Cor/raça
- Deficiências
- Estão acompanhadas? Por quem?
- Estão em deslocamento (casa-escola-lazer)?

6 Relato sobre o ambiente físico

- Local em que o sujeito se encontra
 - Praça do Burity
 - Campinho do Gogó
 - Praça da Chesf
 - Nossa Praça
 - Praça do Dominó
 - Campinho (?)
 - Mirante Pôr do Sol
- Formato e/ou dimensões do local
- Mobiliário e objetos presentes no local
- Condições de tempo no local

- Outras características do local (mobiliário quebrado, paredes esburacadas, pichações e seus conteúdos, lixo nas proximidades...)

7 Relato sobre o ambiente social

- Outras pessoas presentes no local e as atividades que realizam (cobertura fotográfica)
- Quantidade de pessoas no local
- Gênero da(s) pessoa(s)
- Idade da(s) pessoa(s) (?)
- Ocupação das pessoas
- Características comuns

8 Diagrama da observação

- Representação do ambiente (físico e social) por meio de desenho(s) esquemático(s) (croqui[s]) e de legendas sobre os conteúdos para produção de planta(s) do(s) local(is)

COMPORTAMENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS AMBIENTAIS

9 Técnica de registro utilizada e registro, propriamente dito

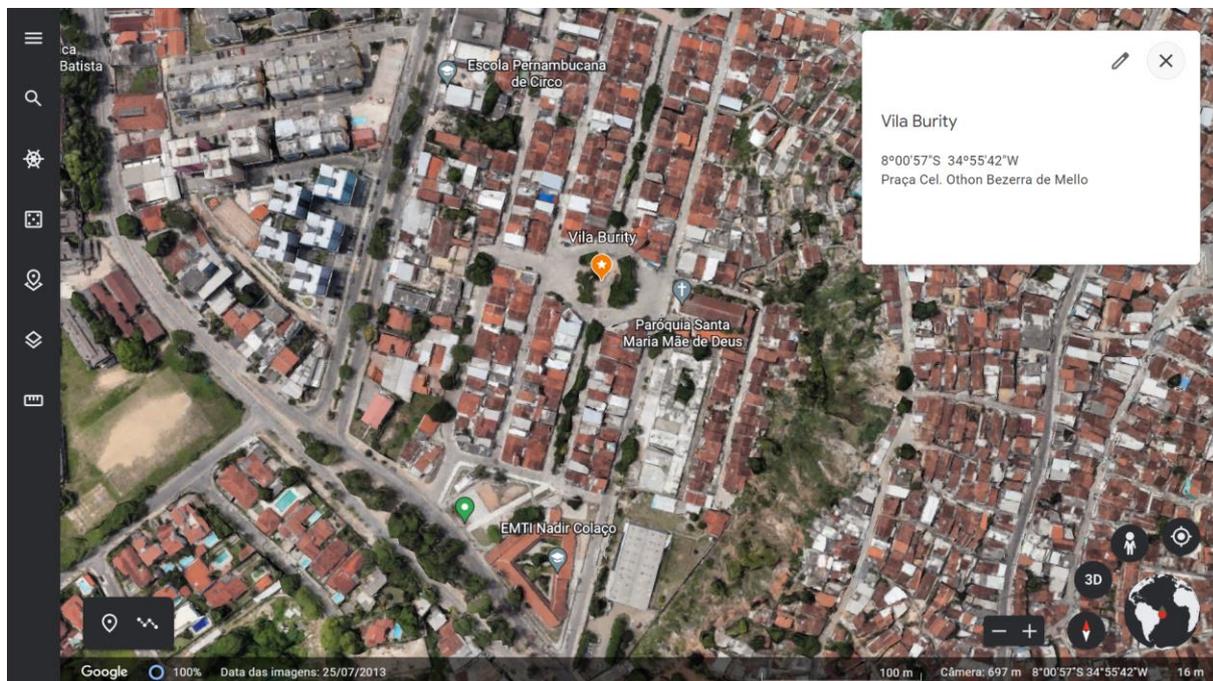
- Observação não participante
- Registros manuais em formulário e diário de campo
- Gravações audiovisuais

APÊNDICE B – COORDENADAS DOS PONTOS DE OBSERVAÇÃO

Vila Burity

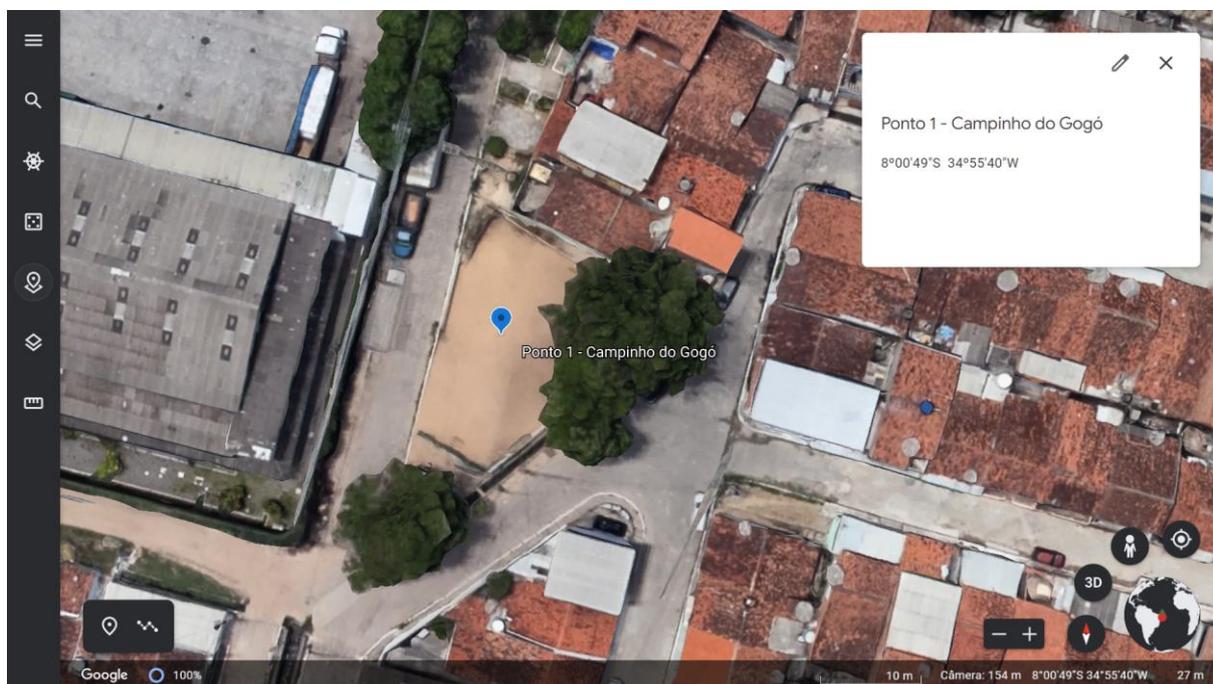
Bairro: Macaxeira, Recife (PE)

Marcar em: 8°00'57"S / 34°55'42"W



Ponto 1 – Campinho do Gogó

Coordenadas: 8°00'49"S / 34°55'40"W



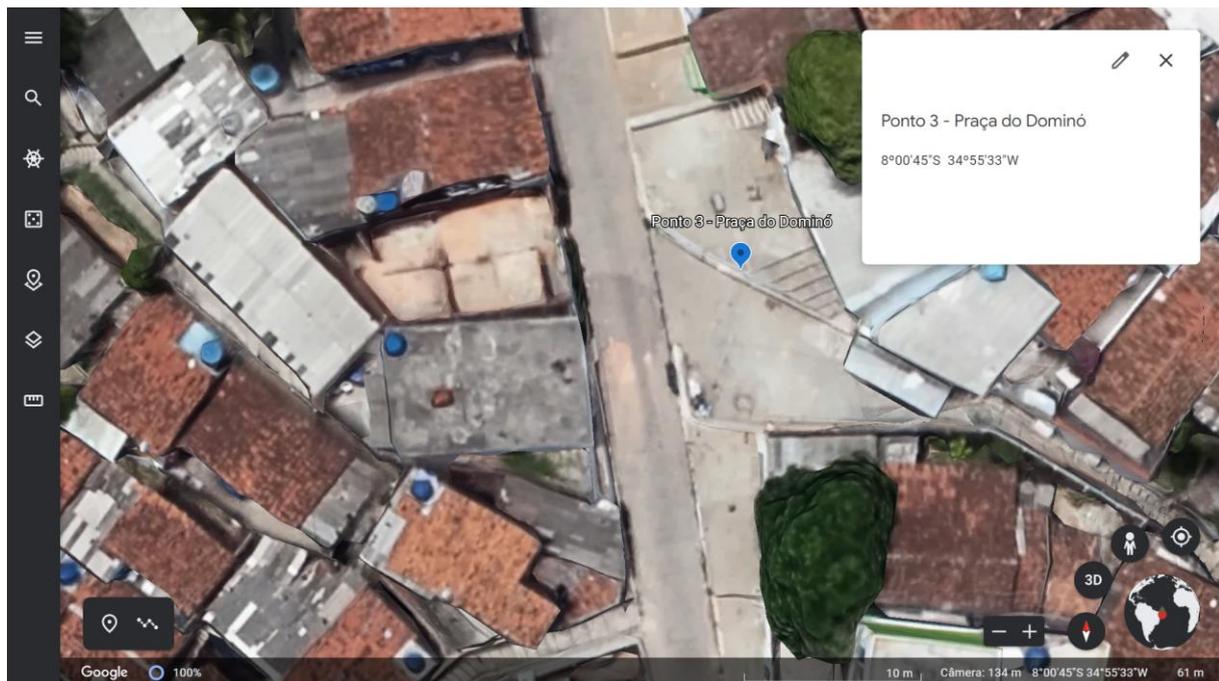
Ponto 2 – Nossa Praça

Coordenadas: 8°00'40"S / 34°55'37"W



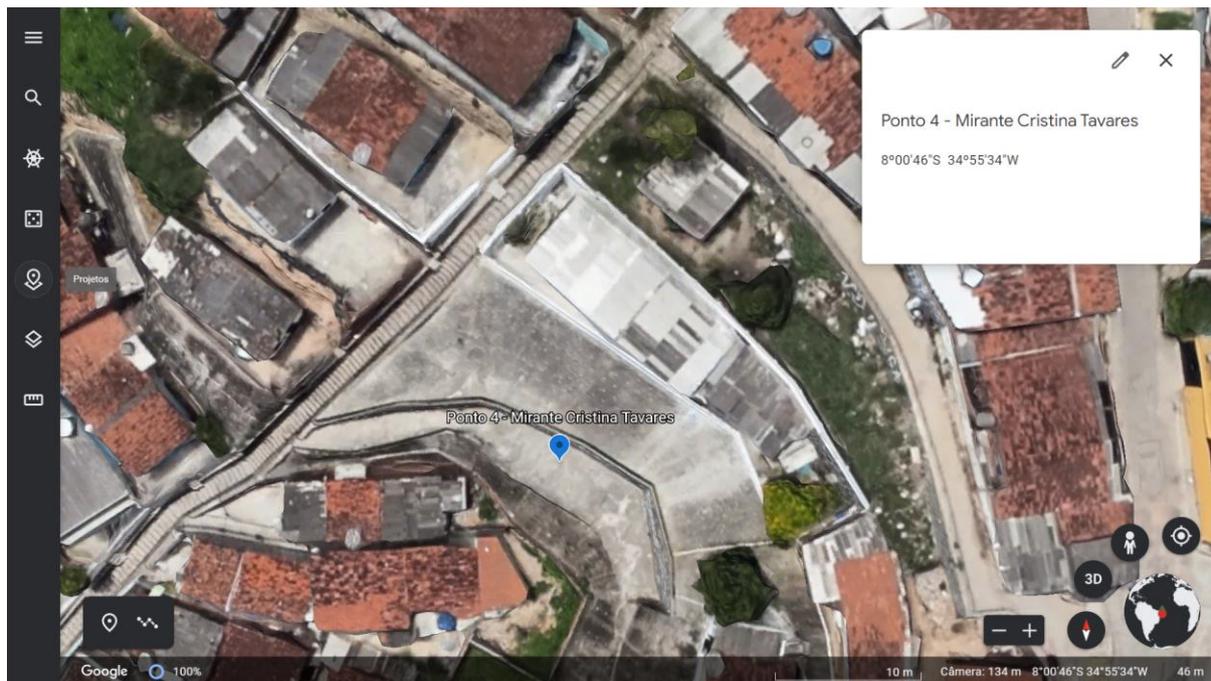
Ponto 3 – Praça do Dominó

Coordenadas: 8°00'45"S / 34°55'33"W



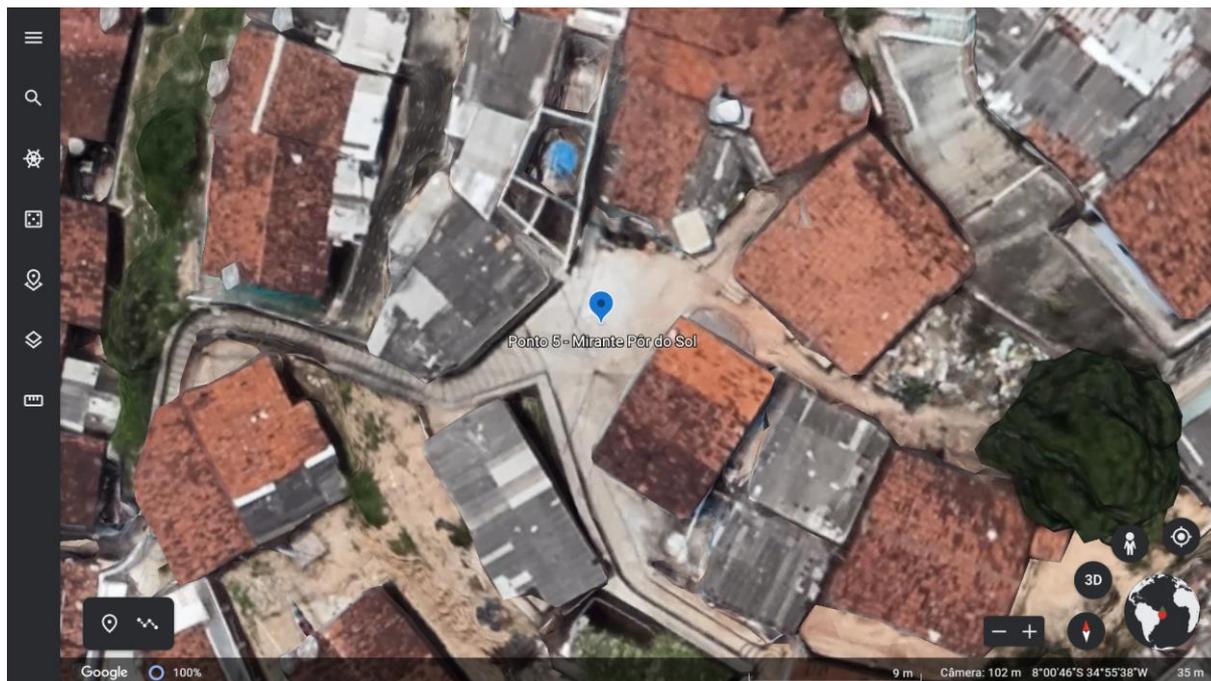
Ponto 4 – Mirante Cristina Tavares

Coordenadas: 8°00'46"S / 34°55'34"W



Ponto 5 – Mirante Pôr do Sol

Coordenadas: 8°00'46"S 34°55'38"W



APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1 BLOCO BÁSICO

- 1.1 Nome completo:
- 1.2 Telefone:
- 1.3 E-mail:
- 1.4 Endereço:
- 1.5 Idade:
- 1.6 Gênero:
- 1.7 Ocupação:
- 1.8 Escolaridade:

2 INTERVENÇÕES

- 2.1 Há quanto tempo você mora na Vila Burity/Macaxeira?
- 2.2 Você conhece ou já ouviu falar do programa Mais Vida nos Morros (MVM)?
- 2.3 Caso sim, o que é o MVM?
- 2.4 Caso sim, como você o conheceu?
- 2.5 O que o MVM faz?
- 2.6 Você participou das ações realizadas pelo MVM na comunidade?
- 2.7 Caso não, por quê? / Caso sim, de que modo?
- 2.8 Você tem filhos?
- 2.9 Caso sim, eles participaram das intervenções do MVM?
- 2.10 Caso não, por quê? / Caso sim, de que modo?
- 2.11 O que você acha do MVM?
- 2.12 Você acha que algo mudou com as ações do MVM?
- 2.13 Caso sim, o quê?
- 2.14 Caso sim, foi bom ou ruim?
- 2.15 Você acha que as ações do MVM melhoraram algo na comunidade?
- 2.16 Caso sim, o quê?
- 2.17 Caso sim, por quê?
- 2.18 Quem faz a manutenção das intervenções realizadas pelo MVM?
- 2.19 Depois das ações realizadas em 2019, o MVM voltou à comunidade?

2.20 Caso sim, quando? E o que ele fez?

2.21 Você acha que o MVM deve ser levado para outras comunidades?

2.22 Caso sim ou não, por quê?

3 PARTICIPAÇÃO INFANTIL

3.1 As crianças da comunidade participaram das intervenções do MVM em 2019?

3.2 Caso sim, de que modo?

3.3 Caso sim, o que você acha disso?

3.4 Você acha que a participação das crianças provocou alguma mudança nelas?

3.5 Caso sim, qual(is)?

3.6 Caso sim, por quê?

3.7 Você acha que a participação das crianças provocou alguma mudança na comunidade?

3.8 Caso sim, qual(is)?

3.9 Caso sim, por quê?

3.10 O(s) seu(s) filho(s) costuma(m) usar o(s) local(is)?

3.11 Caso sim, ele(s) usa(m)/vai(ão) sozinho(s) ou acompanhado(s)?

3.12 Por que ele(s) usa(m)/vai(ão) sozinho(s) ou acompanhado(s)?

3.13 Caso sim, para que ele(s) usa(m)/vai(ão) o(s) local(is)?

3.14 O(s) seu(s) filho(s) usava(m) os/ía(m) ao(s) local(is), antes das intervenções?

3.15 Caso sim, para quê?

3.16 Sozinho(s) ou acompanhado(s)?

3.17 Caso acompanhado(s), por quem?

3.18 O(s) seu(s) filho(s) costumava(m) usar/ir a qual(is) local(is), antes das intervenções?

3.19 Qual(is) local(is) o(s) seu(s) filho(s) costuma(m) usar/ir agora?

3.20 O(s) seu(s) filho(s) frequenta(m) o(s) local(is) transformado(s) pelo MVM?

3.21 Caso sim ou não, por quê?

4 CONSEQUÊNCIAS

4.1 Você acha que atualmente tem mais pessoas no(s) local(is) da(s) intervenção(ões)?

4.2 Caso sim, adultos ou crianças?

4.3 Caso crianças, em sua opinião, por que isso acontece?

4.4 Você acha que a presença de uma quantidade maior de pessoas no(s) local(is) é boa?

- 4.5 Caso sim ou não, por quê?
- 4.6 Você se sente seguro(a) ao andar pelo(s) local(is) da(s) intervenção(ões)?
- 4.7 Caso sim ou não, por quê?
- 4.8 Você se sentia seguro(a) ao andar pelo(s) local(is), antes da(s) intervenção(ões)?
- 4.9 Caso as respostas sejam divergentes, o que mudou?
- 4.10 Você acha que o MVM melhorou a vida na comunidade?
- 4.11 Caso sim ou não, por quê?
- 4.12 O que você acha que poderia ser feito para melhorar a vida na comunidade?
- 4.13 O MVM realizou atividades de conscientização ambiental?
- 4.14 Caso sim, quais?
- 4.15 Você acha que as pessoas estão mais ambientalmente conscientes?
- 4.16 Caso sim ou não, por quê?
- 4.17 Você acha que as crianças, especificamente, estão mais conscientes?
- 4.18 Caso sim ou não, por quê?
- 4.19 Você acha que a população tem reivindicado mais seus direitos?
- 4.20 Caso sim ou não, por quê?
- 4.21 Você acha que as crianças têm, de algum modo, reivindicado seus direitos?
- 4.22 Caso sim ou não, por quê?
- 4.23 Você acha que as crianças participam ativamente da vida na comunidade?
- 4.24 Caso sim ou não, por quê?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa “O urbanismo tático e o direito à cidade: a transformação da relação da criança com o espaço público urbano”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Poliana Nunes de Santana ***** e sob a orientação do Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello *****.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com a pesquisadora responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:** esta pesquisa pretende descrever o histórico do programa Mais Vida nos Morros (MVM) na comunidade da Vila Burity, no bairro da Macaxeira (Recife), desde sua implementação, em 2019, até os dias atuais, destacando as ações que foram realizadas, a participação das crianças no processo de intervenção e seus efeitos, com o propósito de entender as transformações sobre a relação das crianças com o espaço público urbano. Para isso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas e observações em campo. A sua participação, especificamente, será por meio de uma entrevista individual, onde lhe for mais conveniente.
- **RISCOS:** é possível que a presença da pesquisadora em campo provoque desconforto, constrangimento, alterações de comportamento ou falta de interesse em participar. Para evitá-los, procurar-se-á estabelecer um contato inicial, a fim de conhecê-los melhor, e realizar em locais reservados.
- **BENEFÍCIOS diretos/indiretos para os voluntários:** entre os benefícios esperados, ressalta-se que a avaliação do MVM pode fornecer subsídios para o aprimoramento do programa e posterior implantação em outras localidades, ao identificar os impactos das intervenções realizadas e a satisfação da comunidade, sobretudo das crianças, para com elas.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (entrevistas) ficarão armazenados em nuvem do Google Drive do e-mail *****@ufpe.br, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br).

Assinatura do (a) pesquisador (a)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo “O urbanismo tático e o direito à cidade: a transformação da relação da criança com o espaço público urbano”, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Impressão
digital
(opcional)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (2 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura: